

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
UNIDADE ACADÊMICA DE MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E SAÚDE ANIMAL

Thiago da Silva Brandão

MAUS-TRATOS EM CÃES E GATOS: ASPECTOS CLÍNICOS,
EPIDEMIOLÓGICOS E LEGAIS

Patos/PB
2020

**DISSERTAÇÃO
PPGCSA/UFCG**

Thiago da Silva Brandão / Maus-tratos em cães e gatos: aspectos clínicos,
epidemiológicos e legais

2020

Thiago da Silva Brandão

Maus-tratos em cães e gatos: aspectos clínicos, epidemiológicos e legais

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Saúde Animal, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência e Saúde Animal.

Orientador: Prof. Dr. Almir Pereira de Souza

Coorientadora: Profa. Dra. Sônia Correia Assis da Nóbrega

Patos/PB
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CSTR

B817m Brandão, Thiago da Silva
Maus tratos em cães e gatos: aspectos clínicos, epidemiológicos e legais / Thiago da Silva Brandão. – Patos, 2020.
92.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciência e Saúde Animal) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, 2020.

“Orientação: Prof. Dr. Almir Pereira de Souza.”
“Coorientadora: Profa. Dra. Sônia Correia Assis da Nóbrega”

Referências.

1. Pequenos animais. 2. Crueldade animal. 3. Saúde única.
4. Violência. I. Título.

CDU 616:636.92

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E SAÚDE ANIMAL

THIAGO DA SILVA BRANDÃO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Saúde Animal da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência e Saúde Animal.

APROVADO EM 13/02/2020

EXAMINADORES:



Prof. Dr. Almir Pereira de Souza
Unidade Acadêmica de Medicina Veterinária/CSTR/UFCG
Presidente (Orientador)



Prof. Dr. Severino Silvano dos Santos Higino
Unidade Acadêmica de Medicina Veterinária/CSTR/UFCG
Membro Interno



Profa. Dra. Olívia Maria Moreira Borges
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança/FACENE/FAMENE
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus, por tudo que ele tem feito em minha vida e continua fazendo, sem a presença do SENHOR nada disso seria possível.

Aos meus pais, Antônio e Maria das Dores, exemplos de garra, esperança e fé, sem os seus ensinamentos nada disso seria possível.

A minha esposa Ilda, pelo companheirismo paciência e amor, virtudes que admiro muito, e que sem sua compreensão nada disso seria possível.

Ao meu orientador professor Almir, pela confiança em minha pessoa para realizar essa missão, muito obrigado pelos ensinamentos de cunho profissional e pessoal que o senhor me transmitiu, todos estes, eu levarei para minha vida profissional e pessoal. Obrigado pela amizade.

A minha coorientadora professora Sônia Correia, pelas palavras de incentivo e otimismo voltadas a causa animal, e pelo lindo trabalho realizado com cães e idosos, trazendo felicidade para tantos.

A professora Rosângela, pelo seu grande coração, pelas palavras afetuosas, pelo carinho que tem por nós e pelo o amor aos animais.

Aos meus amigos que a pós-graduação me presenteou, Aline, Agrício, Raquel, Priscila, Ramon, Olívia, Thais, cada um com seu jeito, aprendi muito com vocês, obrigado por fazerem parte da minha vida nesse período.

A mais amigos que a veterinária me presenteou, Daniele Frutuoso, Ermano Oliveira, Sheyla Xavier, Angélica Beatriz, Mateus Gonzaga, Luiz Gonzaga entre tantos outros... Obrigado por tudo.

Aos professores e funcionários do Hospital Veterinário da UFCG, campus Patos, pela dedicação e comprometimento com a instituição, em especial ao Prof. Fernando Vaz, Prof. Antônio Flávio, Rosileide, Gilzane, Francisco, Dona Neide, Vânia, Neide, Cacau e Seu Cuité.

Ao professor Arthur Brasil, pela prontidão em ajudar com a análise estatística deste trabalho, sendo muito atencioso e prestativo.

Ao CRMV-PB, pela disponibilização da pesquisa com os médicos veterinários paraibanos em seu site e e-mail institucional.

Aos médicos veterinários participantes da pesquisa, pois disponibilizaram um pouco do seu tempo para nos relatar suas experiências.

Aos companheiros da Polícia Militar da Paraíba, Sargento Eilzo, Cabo Malaquias, Cabo R. Alison, pelas permutas de serviço, para que eu pudesse frequentar às aulas.

A banca examinadora, pela sua experiência e disponibilidade, além das suas correções, sugestões e considerações para o melhoramento deste trabalho.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram pra a realização deste trabalho.

Obrigado a todos!!!

*“A grandeza de uma nação pode ser julgada
pelo modo que seus animais são tratados”
(Mahatma Gandhi, 1931)*

RESUMO

BRANDÃO, T. S. (Maus-tratos em cães e gatos: aspectos clínicos, epidemiológicos e legais). [Mistreatment in dogs and cats: clinical, epidemiological and legal aspects] 2020.92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Saúde Animal) – Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande, Patos, 2020.

O abuso à animais faz parte do espectro da violência familiar e comunitária devendo ser visto como um dos principais problemas de saúde pública no mundo, sua ocorrência pode ser empregada como indicador de abuso infantil, violência familiar e comportamento criminoso violento. No Brasil, ainda são poucos os estudos na área da Medicina Veterinária acerca da epidemiologia e frequência dos casos de maus-tratos a cães e gatos atendidos em clínicas e hospitais veterinários. Assim, objetivou-se com esse estudo identificar a ocorrência e os aspectos epidemiológicos dos atendimentos clínicos de cães e gatos vítimas de maus-tratos no Hospital Veterinário Universitário Prof. Dr. Ivon Macêdo Tabosa (HVUIMT), da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, bem como identificar o conhecimento e as atitudes dos médicos veterinários paraibanos, acerca dos atendimentos de animais vítimas de maus-tratos, perfil dos possíveis agressores, suas percepções sobre maus-tratos animais e violência interpessoal. Para tanto, foi realizado um estudo documental e retrospectivo de todos os atendimentos clínicos de cães e gatos realizados no HVUIMT, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018, e realizada uma pesquisa *online* junto aos médicos veterinários atuantes no estado da Paraíba, através do site do Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado Paraibano (CRMV-PB). Os dados obtidos foram compilados e analisados de forma descritiva. No período analisado foram atendidos 28.572 cães e 11.702 gatos. Destes, observou-se um total de 943 atendimentos de animais vítimas de maus-tratos, dos quais 59,8% (564/943) eram cães e 40,2% (379/943) gatos. Tanto os cães (229/564) como os gatos (206/379) de até um ano de idade foram os mais acometidos por maus-tratos, obtendo frequências de 40,60% e 54,35% dos casos, respectivamente. Num total de 1.763 questionários disponibilizados aos médicos veterinários inscritos no CRMV-PB, obteve-se a participação de 75 profissionais. Destes, observou-se que 82,7% (62/75) acreditavam na conexão entre maus-tratos animais e violência interpessoal, 90,7% (68/75) disseram não possuir dificuldade técnica em identificar maus-tratos aos animais, porém, quase a metade dos participantes, 48% (36/75) afirmaram que não conheciam a lei que trata sobre os maus-tratos animais. Além do mais, em relação às denúncias dos agressores dos animais, 90,7% (68/75) relataram que nunca a realizaram. Conclui-se que os atendimentos de animais vítimas de maus-tratos fazem parte da rotina clínica veterinária e que em algum momento da carreira os médicos veterinários irão se deparar com tutores que também poderão estar sendo vítimas de violência, devendo assim estarem preparados para ajudar a romper o ciclo da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Pequenos animais; crueldade animal; saúde única, violência

1
2
3 **ABSTRACT**

4 **BRANDÃO, T. S. (Mistreatment in dogs and cats: clinical, epidemiological and legal**
5 **aspects).** [Maus-tratos em cães e gatos: aspectos clínicos, epidemiológicos e legais] 2020. 92f.
6 Dissertação (Mestrado em Ciência e Saúde Animal) – Centro de Saúde e Tecnologia Rural,
7 Universidade Federal de Campina Grande, Patos, 2020.

8 Animal abuse is part of the spectrum of family and community violence, and should be seen as
9 one of the main public health problems in the world, its occurrence can be used as an indicator
10 of child abuse, family violence and criminal behavior. In Brazil, there are still few studies in
11 the area of Veterinary Medicine on epidemiology and frequency of cases of mistreatment of
12 dogs and cats seen in veterinary clinics and hospitals. Thus, the aim of this study was to identify
13 the occurrence and epidemiological aspects of clinical care for dogs and cats at Hospital
14 Veterinário Universitário Prof. Dr. Ivon Macêdo Tabosa (HVUIMT), from the Federal
15 University of Campina Grande, campus of Patos, PB, Brazil, as well as identifying the
16 knowledge and attitudes of Paraíba veterinarians about the activities of animals that are victims
17 of abuse, profile of possible aggressors, their perceptions of animal abuse and interpersonal
18 violence. To this end, a documentary and retrospective study of all clinical treatments of dogs
19 and cats carried out at HVUIMT, from January 2009 to December 2018, was carried out, and
20 an online survey was carried out with veterinarians working in the state of Paraíba, during the
21 site of the Regional Council of Veterinary Medicine of the State of Paraíba (CRMV-PB). The
22 data obtained were compiled and analyzed descriptively. In the analyzed period, 28,572 dogs
23 and 11,702 cats were served. Of these, there may be a total of 943 enterprises of animals that
24 are victims of abuse, of which 59.8% (564/943) were dogs and 40.2% (379/943) cats. Both dogs
25 (229/564) and cats (206/379) up to one year of age were more affected by mistreatment,
26 obtaining frequencies of 40.60% and 54.35% of cases, respectively. Total number of 1,763
27 questionnaires made available to veterinarians enrolled in the CRMV-PB, with the participation
28 of 75 professionals. Of these, 82.7% (62/75) were allowed to believe in the connection between
29 animal abuse and interpersonal violence, 90.7% (68/75) had no technical difficulty in
30 identifying animal abuse, however, almost half of the participants, 48% (36/75) declare that
31 they do not know the law that deals with animal mistreatment. In addition, in relation to reports
32 of animal aggressors, 90.7% (68/75) reported that they were never made. Conclude that the
33 resources of animals used for mistreatment are part of the veterinary clinical routine and that,
34 at some point in their career, veterinarians will compare themselves with tutors who may also
35 be affected by the violence, and should be being trained to help break the cycle of violence.

36
37 **KEYWORDS:** Pets; animal cruelty; one health; violence
38
39
40
41
42
43
44
45
46

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE TABELAS E FIGURAS	
LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS	
1 INTRODUÇÃO GERAL.....	14
2 REFERÊNCIAS.....	15
3 CAPÍTULO I: Maus-tratos em cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário da Universidade Federal de Campina Grande entre os anos de 2009 e 2018: estudo retrospectivo e epidemiológico.....	16
RESUMO.....	17
ABSTRACT.....	18
INTRODUÇÃO.....	20
MATERIAL E MÉTODOS.....	21
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
CONCLUSÕES.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
4 CAPÍTULO II: Maus-tratos aos animais e violência interpessoal sobre a perspectiva dos Médicos Veterinários do Estado da Paraíba, Brasil.....	42
RESUMO.....	43
ABSTRACT.....	44
INTRODUÇÃO.....	44
MATERIAL E MÉTODOS.....	46
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	47
CONCLUSÕES.....	55
REFERÊNCIAS.....	55
5 CONCLUSÃO GERAL.....	59
ANEXOS.....	60

LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS

CFMV – Conselho Federal de Medicina Veterinária

CRMV/PB – Conselho Regional de Medicina Veterinária da Paraíba

CVMA – Canadian Veterinary Medical Association

HVUIMT - Hospital Veterinário Universitário Prof. Dr. Ivon Macêdo Tabosa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde

PB – Paraíba

PR – Paraná

SP – São Paulo

SRD – Sem raça definida

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO I

	Pág.
Tabela 1 - Distribuição das frequências de maus-tratos em cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa, Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, oriundos do município de Patos-PB, durante o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018, segundo a espécie e a idade.....	38
Tabela 2 - Associação entre a frequência de maus-tratos a cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, durante os anos de 2009 a 2018 e o grau de vulnerabilidade socioambiental por seu respectivo bairro no município de Patos-PB.....	40

CAPÍTULO II

	Pág.
Tabela 1 - Perfil profissional dos Médicos Veterinários participantes da pesquisa entre julho e outubro de 2019 que afirmaram ter atendido animais vítimas de maus-tratos durante sua carreira, no estado da Paraíba, Brasil.....	47
Tabela 2 - Modalidades e frequências de maus-tratos obtidas a partir das alternativas assinaladas no questionário pelos Médicos Veterinários participantes da pesquisa entre julho e outubro de 2019, no estado da Paraíba, Brasil.....	48
Tabela 3 - Relação entre as variáveis idade do agressor e origem do animal agredido de acordo com o relatado no questionário aplicado aos Médicos Veterinários participantes da pesquisa entre julho e outubro de 2019, no estado da Paraíba, Brasil.....	51

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO I

	Pág.
Figura 1 - Distribuição anual dos atendimentos com indícios de maus-tratos em cães e gatos no Hospital Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, oriundos do município de Patos-PB, durante o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018.....	37
Figura 2 - Distribuição dos atendimentos com indícios de maus-tratos em cães e gatos, segundo a idade, no Hospital Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, oriundos do município de Patos-PB, durante o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018.....	37

CAPÍTULO II

	Pág.
Figura 1 - Representação das respostas dos Médicos Veterinários sobre legislação e atitudes tomadas acerca de maus-tratos animais.....	52

1 INTRODUÇÃO GERAL

Animais como cães e gatos são considerados membros da família (FLYNN, 2000) e deveriam ter uma relação positiva com os humanos. No entanto, nem sempre isso acontece (HAMMERSCHMID; MOLENTO, 2013). Estes são vítimas de diversas modalidades de maus-tratos. Felizmente, os casos de crueldade animal estão sendo tratados com mais respeito do que em qualquer momento do passado (ARKOW; NASSARO, 2017).

É de fundamental importância que o médico veterinário possa reconhecer casos de maus-tratos a animais e que venha a notificá-los às autoridades competentes, já que estudos demonstram a conexão entre crueldade animal e violência contra pessoas (ARKOW; NASSARO, 2017). Entretanto, existem obstáculos que dificultam essas ações, como por exemplo: a quantidade limitada de recursos técnicos para a identificação de casos de crueldade, limitação na formação humana do médico veterinário para relacionar a violência humana com os maus-tratos aos animais, ausência de um sistema público de investigação e notificação dos casos e o fato destas ações serem considerados crimes de baixa relevância (FARACO; SEMINOTTI, 2006).

No Brasil pouco se conhece acerca dos crimes de maus-tratos contra animais, estes são subnotificados e sua investigação depende de provas e perícia médica veterinária legal, sendo a temática dos maus-tratos aos animais, em diversos países, tema de grande importância (MARLET; MAIORKA, 2010).

Devemos levar em consideração que todos os animais possuem direitos e que estes são essenciais à sua existência. É preciso que a população, tutores, médicos veterinários, autoridades legislativas, judiciárias e policiais estejam atentas à proteção destes seres, já que por si só, não são capazes de se protegerem das investidas injustas ocasionadas pelo homem.

Diante do exposto, objetivou-se com este estudo retrospectivamente, identificar a ocorrência e os aspectos epidemiológicos dos atendimentos clínicos de cães e gatos vítimas de maus-tratos no Hospital Veterinário Universitário Prof. Dr. Ivon Macêdo Tabosa (HVUIMT), da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, bem como obter informações a respeito do conhecimento e atitudes dos médicos veterinários atuantes no estado da Paraíba, acerca dos atendimentos de animais vítimas de maus-tratos, perfil dos possíveis agressores, suas percepções sobre maus-tratos animais e violência interpessoal.

2 REFERÊNCIAS

ARKOW, P.; NASSARO, M. R. F. Maus-tratos a animais no contexto de outra violência familiar, *In*: TOSTES, R.; REIS, S. T. J.; CASTILHO, V. **Tratado de Medicina Veterinária Legal**. Curitiba: Medvep, 2017. p. 364–382.

FARACO, C. B.; SEMINOTTI, N. A crueldade com animais: como identificar seus sinais? O Médico Veterinário e a prevenção da violência doméstica. Brasília: **Revista CFMV**, v. 37, p. 66-71,2006.

FLYNN, C. P. Why Family Professionals Can No Longer Ignore Violence Toward Animals. **Family Relations**, v. 49, n. 1, p.87-95, 2000.

HAMMERSCHMID, J.; MOLENTO, C. F. M. Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais na região de Curitiba, Estado do Paraná, utilizando critérios de bem-estar animal. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 49, n. 6, p.431-435, 2013.

MARLET, E. F.; MAIORKA, P. C. Análise retrospectiva de casos de maus tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 47, n. 5, p.385-394, 2010.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

3 CAPÍTULO I:

Maus-tratos em cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário da Universidade Federal de Campina Grande entre os anos de 2009 e 2018: estudo retrospectivo e epidemiológico.

Manuscrito que será submetido ao periódico: Preventive Veterinary Medicine. ISSN: 0167-5877. Fator de Impacto: 2,302. Qualis A2.

1 **Maus-tratos em cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário da Universidade**
2 **Federal de Campina Grande entre os anos de 2009 e 2018: estudo retrospectivo e**
3 **epidemiológico.**

4 Mistreatment in dogs and cats treated at the Veterinary Hospital of the Federal
5 University of Campina Grande between 2009 and 2018: retrospective and
6 epidemiological study.

7 T.S. Brandão^{a*}, A.M. Dantas Neto^a, R.G. Ximenes^a, K.P.G. Bezerra^a, E.L. Oliveira^a,
8 A.T.L. Ferreira^b, G.N. Toledo^c, S.C.A. Nóbrega^c, A.P. Souza^a

9 ^a Programa de Pós-Graduação em Ciência e Saúde Animal, Universidade Federal de
10 Campina Grande (UFCG), Av. Universitária s/n, Bairro Santa Cecília, Patos, PB, Brasil.

11 *Autor para correspondência: thiagos_brandao@hotmail.com

12 ^b Curso de Graduação em Medicina Veterinária, UFCG, Av. Universitária s/n, Bairro
13 Santa Cecília, Patos, PB, Brasil.

14 ^c Unidade Acadêmica de Medicina Veterinária, UFCG, Av. Universitária s/n, Bairro
15 Santa Cecília, Patos, PB, Brasil.

16

17 **RESUMO**

18 Os animais domésticos, principalmente os cães e os gatos, mantêm uma relação mais
19 próxima e afetiva com os seres humanos. Entretanto, muitos acabam sendo vítimas de
20 práticas lesivas à sua sobrevivência. No Brasil, ainda são poucos os estudos na área da
21 Medicina Veterinária acerca da epidemiologia e frequência dos casos de maus-tratos a
22 cães e gatos atendidos em clínicas e hospitais veterinários, não sendo ainda registrados
23 estudos na Paraíba. Portanto, objetivou-se com esse estudo identificar a ocorrência e os
24 aspectos epidemiológicos de cães e gatos vítimas de maus-tratos atendidos no Hospital
25 Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa (HVUIMT), da
26 Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, nordeste do
27 Brasil, além de correlacionar os bairros com maior frequência de casos de maus-tratos
28 com seu respectivo nível de vulnerabilidade socioambiental. Diante disso, realizou-se

1 estudo retrospectivo e documental dos prontuários médicos de pequenos animais do
2 respectivo hospital durante o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018. Os dados
3 obtidos foram compilados em planilha eletrônica e analisados de forma descritiva. Nesse
4 período foram realizados 40.274 atendimentos, dos quais 28.572 eram cães e 11.702
5 gatos. Foram identificados um total de 943 atendimentos de cães e gatos vítimas de maus-
6 tratos. Destes, observou-se que 59,8% (564/943) ocorreram em cães e 40,2% (379/943)
7 em gatos. Em relação ao sexo, 50,9% (480/943) eram machos e 49,1% (463/943) fêmeas.
8 Tanto os cães como os gatos de até um ano de idade foram os mais acometidos, com
9 frequências de 40,60% (229/54) e 54,35% (206/379) respectivamente. A negligência foi
10 a modalidade de maus-tratos mais observada neste estudo, com 69,1% (651/943) dos
11 casos. Nos bairros com índices de vulnerabilidade elevados, observou-se maior
12 frequência de casos de maus-tratos. Dado o exposto, conclui-se que apesar do número de
13 atendimentos de cães vítimas de maus-tratos ter sido maior que o de gatos,
14 proporcionalmente, estes apresentaram mais casos, colocando-os como animais de
15 eleição para estas práticas, e que naquelas localidades mais desfavorecidas, tais atitudes
16 lesivas aos animais são uma realidade diária, principalmente pela negligência, devido à
17 falta de recursos à manutenção da família e dos animais de estimação.

18 **PALAVRAS CHAVE:** Abuso animal; vulnerabilidade; animais de companhia;
19 violência.

20

21 **ABSTRACT**

22 Domestic animals, especially dogs and cats, maintain a closer and more affective
23 relationship with humans. However, many end up being victims of practices harmful to
24 their survival. In Brazil, there are still few studies in the area of Veterinary Medicine

1 about the epidemiology and frequency of cases of mistreatment of dogs and cats seen in
2 veterinary clinics and hospitals, and studies in Paraíba are not yet registered. Therefore,
3 the objective of this study was to identify the occurrence and epidemiological aspects of
4 dogs and cats victims of abuse treated at Hospital Veterinário Universitário Prof. Dr. Ivon
5 Macêdo Tabosa (HVUIMT), from the Federal University of Campina Grande, campus of
6 Patos, PB, Brazil, northeastern Brazil, in addition to correlating the neighborhoods with
7 the highest frequency of cases of abuse with their respective level of socio-environmental
8 vulnerability. Therefore, a retrospective and documentary study of the medical records of
9 small animals of the respective hospital was carried out during the period from January
10 2009 to December 2018. The data obtained were compiled in an electronic spreadsheet
11 and analyzed descriptively. During this period, 40,274 visits were made, of which 28,572
12 were dogs and 11,702 cats. A total of 943 cases of ill-treated dogs and cats were identified.
13 Of these, it was observed that 59.8% (564/943) occurred in dogs and 40.2% (379/943) in
14 cats. Regarding sex, 50.9% (480/943) were males and 49.1% (463/943) females. Both
15 dogs and cats up to one year old were the most affected, with frequencies of 40.60%
16 (229/54) and 54.35% (206/379) respectively. Neglect was the type of maltreatment most
17 frequently observed in this study, with 69.1% (651/943) of cases. In neighborhoods with
18 high levels of vulnerability, there was a higher frequency of cases of abuse. Given the
19 above, it is concluded that despite the number of visits of dogs that were victims of
20 mistreatment was higher than that of cats, proportionally, they presented more cases,
21 placing them as animals of choice for these practices, and that in those locations more
22 disadvantaged, such harmful attitudes to animals are a daily reality, mainly due to
23 negligence, due to the lack of resources for the maintenance of family and pets.

24 **KEY WORDS:** Animal abuse; vulnerability; pets; violence.

1 INTRODUÇÃO

2 A interação entre os seres humanos e os animais é descrita desde os primórdios da
3 civilização em que estes eram utilizados principalmente como fonte de subsistência e
4 meio de transporte. Portanto, desde tal época é notória a existência da dependência dos
5 homens em relação aos animais, seja para alimentação, transporte, vestuário, fonte de
6 trabalho, entretenimento, esportes, guarda, companhia, conforto emocional, auxílio no
7 tratamento de doenças entre outros (Silvano *et al.*, 2010).

8 Contudo, apesar de todos os benefícios proporcionados pelos animais à
9 humanidade, ainda são observadas interações negativas em desfavor destes pelo homem,
10 a exemplo das ocorrências de maus-tratos, onde muitas vezes os animais acabam sendo
11 vítimas silenciosas de atitudes criminosas provocadas pelos humanos (Daniell, 2002).
12 Tais atitudes são praticadas pelos mais variados tipos de pessoas, quer sejam motivadas
13 por aspectos culturais, sociais e/ou psicológicos, sendo até mesmo muitas vezes
14 praticadas sem a consciência que esses atos são prejudiciais. Além disso, os referidos
15 delitos, na maioria das vezes, sequer são denunciados, pois já se encontram banalizados
16 dentro da sociedade devido ao seu alto índice de ocorrência (Delabary, 2012).

17 O Médico Veterinário, na maioria das vezes, é o primeiro profissional a tomar
18 ciência dos casos de violência aos animais quando procurados para consulta (Faraco e
19 Seminotti, 2006; Arkow e Nassaro, 2017). Desta forma, estão posicionados como
20 sentinelas para identificar, tratar o abuso e denunciá-lo às autoridades apropriadas quando
21 necessário, ajudando a romper o ciclo de violência que afeta os animais e/ou os membros
22 humanos da família e da comunidade (Arkow e Nassaro, 2017).

23 No Brasil, maltratar animais é crime (Brasil, 1998), entretanto após vinte anos da
24 estabilização da lei 9.605/98 é que foi estabelecida a resolução 1.236/18 do Conselho

1 Federal de Medicina Veterinária Brasileiro, definindo com clareza quais atitudes são
2 consideradas maus-tratos aos animais (CFMV, 2018). Contudo, apesar de existirem
3 registros científicos de casos de abusos contra animais de companhia em clínicas e
4 hospitais veterinários em algumas regiões brasileiras, pouco se sabe sobre seus aspectos
5 epidemiológicos. Além de não haver um guia de conduta em relação ao modo como os
6 clínicos e/ou cirurgiões devem proceder quando suspeitarem de crueldade animal,
7 diferentemente ao observado em outros países, como os Estados Unidos da América, o
8 Reino Unido e Nova Zelândia (Araújo *et al.*, 2015).

9 Portanto, dada a importância desse assunto, objetivou-se com este estudo
10 identificar retrospectivamente a ocorrência e os aspectos epidemiológicos dos casos
11 clínicos de maus-tratos a cães e gatos residentes no município de Patos, PB, Brasil,
12 atendidos no Hospital Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa da
13 Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil.

14

15 **MATERIAL E MÉTODOS**

16 Realizou-se um estudo retrospectivo e documental dos prontuários médicos de
17 cães e gatos atendidos no setor de Clínica Médica de Pequenos Animais do Hospital
18 Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa (HVUIMT), da
19 Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, no período de
20 janeiro de 2009 a dezembro de 2018. Sendo apenas incluídos os casos encontrados de
21 maus-tratos em cães e gatos residentes no município de Patos-PB.

22 Foram compiladas dos prontuários clínicos informações inerentes a espécie, raça,
23 sexo e idade dos animais, bem como, o endereço dos tutores para posterior associação
24 entre as frequências de maus-tratos encontradas por bairro com o seu respectivo índice de

1 vulnerabilidade socioambiental (Pereira, 2018) e também as modalidades de maus-tratos
2 que foram avaliadas a partir da anamnese e dados do exame clínico, sendo estas
3 classificadas e adaptadas segundo o artigo 5º da resolução 1.236/2018 do Conselho
4 Federal de Medicina Veterinária Brasileiro (CFMV, 2018).

5 Após a seleção dos casos de interesse, os mesmos foram registrados em planilhas
6 eletrônicas e posteriormente analisados de forma descritiva com elaboração de tabelas e
7 gráficos.

8

9 **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

10 Foram analisados o total de 40.274 atendimentos de cães e gatos oriundos da
11 rotina clínica do HVUIMT. Destes, identificou-se 1.266 (3,14%) casos de maus-tratos à
12 cães e gatos, dos quais 943 (2,34%) eram referentes a animais residentes no município de
13 Patos-PB, em que, 59,8% (564/943) eram cães e 40,2% (379/943) gatos. Esta
14 proporcionalidade pode estar relacionada ao maior número de atendimentos de cães
15 (28.572/40.274) do que gatos (11.702/40.274) nesta unidade hospitalar durante o período
16 avaliado.

17 O elevado número de atendimentos a cães pode ser explicado pelo fato de haver,
18 no Brasil, um maior favoritismo destes aos gatos como animais de companhia apesar de
19 gradativamente se observar aumento significativo na aquisição dos gatos (Garcia, 2009).
20 Tal afirmativa foi confirmada por pesquisa realizada no Brasil, demonstrando que existem
21 no país, aproximadamente, 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos domiciliados
22 (IBGE, 2014), ou seja, o número de cães é aproximadamente 2,5 vezes maior do que o de
23 gatos nas residências brasileiras.

1 Apesar da frequência de maus-tratos ter sido maior nos cães (59,8%), observa-se
2 um declínio no número de atendimentos com características de maus-tratos nesta espécie
3 durante o período estudado, enquanto nota-se ascensão em relação aos gatos (Figura 1).

4 Segundo Marlet e Maiorka (2010) os gatos são animais de eleição para as práticas
5 de maus-tratos, pois o comportamento do gato doméstico possui uma série de
6 peculiaridades que o levam ao abuso, esta espécie apresenta comportamentos solitários,
7 hábitos predominantemente noturnos e que ao caçar, prefere estar sozinho, condições que
8 reforçam ainda mais uma imagem misteriosa e mística, impregnando, assim, nas mentes
9 das pessoas mitos e superstições a respeito dos mesmos. Outro fator relacionado aos
10 maus-tratos a espécie felina pode estar ligado às suas características sociais e sua recente
11 domesticação, condições que dificultam a submissão desejada pelas pessoas em relação
12 a interação e convivência com estes.

13 Os gatos possuem maior facilidade de acesso à rua e a casas vizinhas, situações
14 que os tornam mais susceptíveis às práticas de maus-tratos ocasionadas pelo homem
15 (Marlet e Maiorka, 2010). Além disto, o fato dos felinos se isolarem quando doentes,
16 pode ainda mascarar uma quantidade maior de casos de maus-tratos contra eles, já que às
17 vezes os mesmos vão a óbito, nesses locais, isolados, sem atendimento médico. Merck
18 (2013) afirma que os maus-tratos aos gatos são registrados em número inferior à realidade
19 pois existem tutores que não acham estranho o seu gato desaparecer e não voltar à sua
20 residência, de forma que assumem a possibilidade de que o animal tenha sido atropelado
21 ou predado, o que também prejudica os registros sobre maus-tratos nesta espécie.
22 Outrossim, os felinos são interpretados como animais independentes e resistentes,
23 portadores de “sete vidas” acreditando que se machucados ou abandonados, saberão se
24 recuperar e encontrarão formas de sobreviver (Machado e Paixão, 2014).

1 Em relação ao sexo dos cães e dos gatos, 50,9% (480/943) eram machos e 49,1%
2 (463/943) fêmeas. Os cães machos compreenderam 47% (265/564) dos animais e as
3 fêmeas um total de 53% (299/564). No tocante aos gatos, 56,7% (215/379) eram machos
4 e 43,3% (164/379) fêmeas. Em estudo necroscópico realizado na cidade de São Paulo –
5 SP, verificou-se ocorrência de 53% de casos de maus-tratos em cães, 44% em cadelas e
6 3% sem indicação de sexo; concernente aos gatos, observou-se valores de 48% para gatos
7 machos e 52% para fêmeas (Marlet e Maiorka, 2010). Esses valores diferem dos
8 encontrados neste estudo, o que pode ser explicado pela forma distinta na obtenção dos
9 dados, pois, estes foram oriundos de atendimentos clínicos onde pode haver uma
10 aproximação afetiva entre tutor, agressor e animal, enquanto os dados verificados pelos
11 autores supracitados foram obtidos a partir da identificação dos casos observados em
12 exames necroscópicos, ou seja, em que a violência possivelmente não partiu de seus
13 tutores e, sim, de terceiros, já que estas necropsias foram realizadas em instituto de
14 criminalística policial.

15 No entanto, em ambos os estudos observou-se que o sexo do animal não foi
16 relevante para a realização da prática de maus-tratos, diferentemente dos dados
17 encontrados por Munro e Munro (2008), os quais evidenciaram maus-tratos em 70% dos
18 cães, quando comparados ao número total de atendimentos em clínicas veterinárias no
19 Reino Unido, sugerindo que os machos são preferidos por tutores violentos, ou que estes
20 animais por serem mais difíceis de controlar, sofrem atos abusivos e castigos com o
21 objetivo de corrigir comportamentos indesejados.

22 No tocante à idade, a maior ocorrência de maus-tratos foi observada nos filhotes
23 de até um ano de idade, com 40,60% (229/564) dos casos em cães e 54,35% (206/379)
24 em gatos (Figura 2). Quando somados os intervalos das frequências de cães e gatos de até

1 três anos de idade, tem-se os seguintes resultados: 58,51% para cães e 69,39% para gatos,
2 corroborando os estudos de Marlet e Maiorka (2010) que também encontraram maior
3 frequência de maus-tratos nos animais jovens, em especial aqueles com até um ano de
4 idade. Já em relação aos animais acima dos oito anos de idade, observou-se que houve
5 7,45% (42/564) de ocorrência para cães e 2,90% (11/379) para gatos, obtendo a menor
6 frequência no estudo, apesar de que animais das referidas espécies, tanto em idade tenra
7 como em avançada sejam mais vulneráveis às práticas de abuso (Ivanieviz *et al.*, 2016),
8 semelhantemente à susceptibilidade de maus-tratos à crianças e idosos, pois estes são
9 incapazes de se defenderem das agressões ou atitudes omissivas a eles imputadas (Laks
10 *et al.*, 2006).

11 Foram identificados 18 padrões raciais para cães e três para gatos. A maioria dos
12 cães, 74,3% (419/564) eram sem raça definida (SRD), enquanto 25,7% (145/564)
13 apresentavam raça definida, sendo os da raça Pinscher os mais frequentes, apresentando
14 ocorrência de 10,5% (59/564), seguidos de outras raças como Poodle 7,4% (42/564),
15 Cocker Spaniel 2% (11/564), Labrador 1,2% (7/564), Rottweiler 1,1% (6/564),
16 Dachshund 0,9% (5/564), Pastor alemão 0,5% (3/564), Pitbull 0,5% (3/564) e outras raças
17 como o Chow Chow, o Dobermann, o Fox paulistinha, o Lasha Apso, o Perdigueiro, o
18 Schnauzer e o Terrier Brasileiro, cada uma representaram 0,2% de ocorrência. No que
19 concerne aos gatos, constatou-se que 98,15% (372/379) eram sem raça definida (SRD) e
20 apenas 1,85% (7/379) tinham padrão racial, com ocorrência de 1,33% (5/379) para o
21 Siamês e 0,52% (2/379) para a Persa.

22 Estudos demonstram uma maior predominância de cães e gatos SRD nos
23 municípios brasileiros (Garcia, 2009; Vieira *et al.*, 2019). Desta forma, sugere-se que o
24 elevado número de atendimentos de casos de maus-tratos a animais SRD, aqui dispostos,

1 não está diretamente ligado à raça e sim ao fato de serem os animais mais
2 predominantemente encontrados tanto em condições de animais domiciliados como de
3 animais errantes no Brasil.

4 Existem diversas modalidades de maus-tratos a exemplo, traumas, intoxicação
5 intencional, atropelamentos intencionais, fome, sede, prisões, exposição a condições
6 ambientais desfavoráveis, doenças diversas e abandono quando adoecem ou quando já
7 não exercem mais a função desejada, entre outras condições (Lima, 2015). Para este
8 estudo foram consideradas as seguintes modalidades: o abandono, a agressão física, as
9 lesões por arma de fogo, arma de ar comprimido e arma branca, a negligência e os
10 atendimentos suspeitos de envenenamento (Tabela 1).

11 A negligência foi a modalidade mais frequente, com 69,1% dos casos (651/943),
12 corroborando outros estudos (Vermeulen e Odendall, 1993; Garcia, 2009;
13 Hammerschmidt e Molento, 2014; Garcia, 2017). A negligência é um ato de omissão, não
14 intencional, geralmente proveniente de ação contínua ou até mesmo pela falta de ação do
15 tutor ou responsável pelo animal por um longo período de tempo (Merck *et al.*, 2013).
16 Apesar da referida modalidade ser considerada o abuso animal mais observado, é,
17 também, o menos estudado, tanto na Medicina Veterinária como na Medicina Humana,
18 fazendo com que sua identificação seja difícil, pois pode estar relacionada com a
19 precariedade socioeconômica das famílias, de tal modo que a vulnerabilidade familiar,
20 pode assim, ser considerada como um dos vilões da negligência, afetando os cuidados
21 com os animais, crianças, adultos vulneráveis e idosos. Assim, não é aconselhada a
22 aplicação de multas para essas famílias economicamente desfavorecidas, pois isso irá
23 complicar ainda mais a situação do animal e da própria família, sugerindo a realização de
24 ações educativas e de monitoramento frequente por órgãos competentes, para que se

1 possam obter resultados bem-sucedidos ao lidarem com essas situações de
2 vulnerabilidade (Garcia, 2017).

3 O abandono representou a segunda modalidade de maus-tratos mais vista neste
4 estudo, com 19,2% (181/943) dos casos (Tabela 1). O abandono de cães e gatos é um
5 importante problema à saúde pública e ao bem-estar animal, possuindo inúmeras causas
6 que estão relacionadas com fatores religiosos, culturais, socioeconômicos, aspectos
7 demográficos, ecológicos e biológicos (Garcia *et al.*, 2012). Segundo a Organização
8 Mundial de Saúde (OMS), no Brasil existem cerca de 30 milhões de cães e gatos
9 abandonados (Lima, 2015). É importante salientar que a frequência do abandono neste
10 estudo não contempla a totalidade dessa condição em nível municipal, pois limitou-se
11 apenas àqueles animais que foram levados ao HVUIMT para consulta e que haviam sido
12 resgatados da rua, inclusive sabendo que estes animais já foram domiciliados e
13 pertenciam a outras pessoas antes de serem abandonados, de acordo com os dados
14 extraídos da anamnese.

15 A agressão física obteve frequência de 6,1% (57/943), contemplando situações
16 como queimaduras intencionais, chutes, socos e espancamentos com a utilização de
17 objetos contundentes, como pedaços de madeira, cintas de couro, entre outros. Dos casos
18 de agressão física, 3,5% (33/943) foram registrados em cães e 2,6% (24/943) em gatos.
19 Em estudo retrospectivo na cidade de Curitiba - PR (Hammerschmidt e Molento, 2012),
20 elaborado por meio das denúncias realizadas em serviços de proteção animal, constataram
21 uma frequência de 11,6% de maus-tratos por agressão física a cães e a gatos. Em São
22 Paulo - SP (Marlet e Maiorka, 2010), a partir dos exames de necropsia, obtiveram uma
23 frequência de maus-tratos de 21% para cães e 24% para gatos. Apesar da metodologia
24 utilizada para a determinação das frequências de maus-tratos nos estudos acima diferirem

1 entre si e entre a desta pesquisa, todas demonstram que os animais vêm constantemente
2 sendo vítimas de agressões físicas, independentemente da região estudada e das condições
3 para estabelecimento dessas frequências.

4 As lesões provocadas por arma de fogo, tiveram ocorrência de 0,8% (8/943) e
5 foram mais frequentes nos cães, com 0,6% (6/943) dos casos, enquanto os gatos tiveram
6 0,2% (2/943). Estas representam uma pequena quantidade de lesões traumáticas quando
7 comparadas as outras causas de traumas em clínicas veterinárias (Tanrisever *et al.*, 2017).
8 No Brasil, em regra, o porte de arma é proibido, exceto para algumas exceções dispostas
9 na lei 10.826/2003 (Brasil, 2003), fato que pode justificar o número reduzido destes casos.
10 Segundo Tanrisever *et al.* (2017) os cães geralmente são atingidos por projéteis de arma
11 de fogo devido a hostilidade dos vizinhos ou também por pessoas armadas que querem
12 se proteger dos ataques desses animais, além dos disparos acidentais, quando se quer
13 atingir um outro cão que se encontra brigando com o cão do executor do disparo.

14 Em relação aos atendimentos por traumas provocados por arma branca, estes
15 obtiveram frequências iguais às frequências de arma de fogo para cães (0,6%) e para gatos
16 (0,2%). Nestas lesões ocasionadas por arma branca, geralmente deve haver proximidade
17 física entre os envolvidos para que o desferimento dos golpes atinja a vítima. Neste caso
18 observou-se uma menor frequência nos gatos, o que pode ser explicado por se tratar de
19 uma espécie ágil, que pode se esquivar dos golpes e fugir da agressão. Entretanto, as
20 lesões provocadas por armas de ar comprimido (chumbinho) foram registradas apenas
21 nos gatos, com 0,7% (7/943) dos casos. Tais armas são de fácil aquisição, bastando apenas
22 a idade mínima de 18 anos no Brasil, pois não são consideradas armas de fogo e não estão
23 regulamentadas pela lei 10.826/2003 (Brasil, 2003); possuem alcance relativamente
24 longo, capazes de atingir os alvos a metros de distância o que facilita a sua investida nos

1 gatos. Apesar do uso ser limitado a maiores de 18 anos, estas são utilizadas por crianças
2 e adolescentes contra os gatos (Tanrisever *et al.*, 2017).

3 Os atendimentos suspeitos de envenenamento tiveram uma frequência de 2,5%
4 (23/943) em gatos e de 0,8% (8/943) em cães. O envenenamento foi a modalidade de
5 maus-tratos mais encontrada por Marlet e Maiorka (2010); estes autores atribuíram tal
6 delito aos gatos à insatisfação de vizinhos com o trânsito destes animais em suas
7 residências ou em condomínios; em relação aos cães, os envenenamentos são resultantes
8 da insatisfação e incômodo de vizinhos em decorrência de latidos constantes, bem como
9 aos crimes contra o patrimônio, ou seja, os cães eram envenenados com o objetivo do
10 delinquente adentrar a casa para o cometimento de outros crimes como furtos ou roubos
11 às residências.

12 As condutas lesivas ativas (agressão física, traumas por arma de fogo e de ar
13 comprimido, traumas por arma branca e envenenamento) quando somadas chegam a
14 aproximadamente 12% dos atendimentos com requintes de violência estando essas
15 situações intimamente ligadas com o ato comissivo, ou seja, com a intenção de provocar
16 o dano ao agente (animal) em que lhe é imputada a ação, de forma que haja um resultado,
17 quer seja a lesão provocada ou a morte do animal. Deste modo, tais dados assumem
18 relevância, pois em estudo realizado no estado de São Paulo por Arkow e Nassaro (2017),
19 estes encontraram relação entre as pessoas que cometeram crimes de maus-tratos aos
20 animais com outros crimes violentos, observando que 50% destas pessoas já haviam
21 cometido outros crimes violentos, só que desta vez contra seres humanos, dos quais eram,
22 roubo, ameaça de morte, homicídios, lesões corporais, entre outros. Deste modo, outros
23 pesquisadores têm relacionado os maus-tratos aos animais com a violência interpessoal
24 (Biondo *et al.*, 2014; Monsalve *et al.*, 2017).

1 Segundo Arkow e Nassaro (2017) os médicos veterinários estão posicionados de
2 forma privilegiada para identificar os crimes de maus-tratos aos animais e também outras
3 formas de violência aos seres humanos, já que em muitas ocasiões aquelas pessoas que
4 levam seus animais à consulta, também podem estar sofrendo algum tipo de abuso pelo
5 mesmo agressor do animal, assim estando esses profissionais em condições de ajudar a
6 quebrar o ciclo da violência, através de denúncias às autoridades competentes.

7 No entanto, durante a análise das fichas clínicas dos animais avaliados neste
8 estudo observou-se que em poucas delas havia alguma citação por parte dos médicos
9 veterinários referenciando as condutas de maus-tratos aos animais atendidos. Tal situação
10 pode ser explicada por Arkow e Nassaro (2017), os quais admitem que os maus-tratos aos
11 animais são o diagnóstico mais desafiante no trabalho clínico, exigindo tempo,
12 experiência, energia emocional, sensibilidade, tato e uma dose significativa de coragem.
13 Portanto, para que essa identificação ocorra em maior frequência é necessário que sejam
14 incrementados nos currículos destes profissionais algumas disciplinas específicas que
15 possam auxiliá-los em situações envolvendo maus-tratos animais.

16 Para efeito de identificação dos locais no município de Patos-PB em que foram
17 diagnosticados maus-tratos aos animais optou-se por relacionar os bairros nos quais
18 residem os tutores daqueles animais. Foram elencados vinte e cinco bairros dos quais
19 dezoito têm maior índice de maus-tratos. Oficialmente o município de Patos - PB é
20 composto por 23 bairros (IBGE, 2010). Entretanto este número de bairros não condiz com
21 a quantidade de comunidades pertencentes a esta localidade pois o censo é realizado a
22 cada decênio e durante esse período surgiram três novas comunidades no município.

23 Em síntese, ao comparar os bairros, segundo o seu grau de vulnerabilidade
24 socioambiental (Pereira, 2018) com a frequência dos atendimentos de cães e gatos

1 vítimas de maus-tratos encontradas neste estudo, observou-se que naqueles bairros
2 com alto índice de vulnerabilidade socioambiental (Tabela 2), também havia maior
3 frequência de atendimentos de cães e gatos vítimas de maus-tratos 46% (430/943),
4 seguidos de 37% (344/943) para aqueles com média vulnerabilidade, 13% (123/
5 943) para bairros com baixa vulnerabilidade, 3% (30/943) para alta vulnerabilidade
6 e 2% (16/943) dos casos ocorreram em bairros não oficiais do município. Este
7 índice exprime a “coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais
8 muito pobres e com alta privação (vulnerabilidade social) e áreas de risco ou
9 degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental), permitindo assim analisar de
10 forma mais integrada as áreas consideradas vulneráveis em determinada localidade
11 (Alves, 2006).

12 De certo isso pode ser justificado por Delabary (2012) pois este afirma que a
13 situação de pobreza e baixa renda são condições de vulnerabilidade que estão
14 relacionadas com danos aos animais. Assim, situações de miséria impedem que a família
15 possa fornecer aos seus animais condições confortáveis à sua sobrevivência, haja vista
16 que os mesmos não têm condições suficientes para sua manutenção.

17 Contudo, a família é a principal provedora dos cuidados com seus animais de
18 estimação e tem a obrigação de suprir as necessidades destes, além de zelar pela
19 integridade física e manter o bem-estar animal. Dessa forma, as condições
20 socioeconômicas não eximem os tutores de sua responsabilidade. No entanto, a
21 compreensão dos fatores relacionados ao abuso animal e negligência de cães e gatos nas
22 residências são extremamente importantes para o desenvolvimento de ações públicas
23 governamentais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de pessoas e animais em
24 situações de desigualdade socioeconômica (Monsalve *et al.*, 2018).

1 **CONCLUSÕES**

2 Conclui-se que os gatos foram proporcionalmente mais acometidos de maus-tratos
3 que os cães, e que naqueles locais com vulnerabilidade socioambiental elevada houve
4 maior frequência de maus-tratos a estes animais, principalmente por negligência, sendo
5 importante a realização de estudos que visem analisar a personalidade dos agressores,
6 pois casos de maus-tratos a animais também são identificados em classes sociais
7 economicamente privilegiadas, podendo o fator econômico não ser preponderante na
8 prática desse crime.

10 **REFERÊNCIAS**

- 11 Alves, H.P. da F., 2006. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma
12 análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e
13 riscos sociais e ambientais. *Rev. Bras. Estud. Popul.* [https://doi.org/10.1590/s0102-](https://doi.org/10.1590/s0102-30982006000100004)
14 [30982006000100004](https://doi.org/10.1590/s0102-30982006000100004)
- 15 Araújo, G. D., Biondo, A. W., Garcia, R. C. M., 2015. Traumas não acidentais e outros
16 abusos na rotina clínico-veterinária: como reconhecer, proceder e
17 encaminhar. *Clínica Veterinária*. 116, 100-104.
- 18 Arkow, P., Nassaro, M.R.F., 2017. Maus-tratos a animais no contexto de outra violência
19 familiar, in: Tostes, R., Reis, S.T.J., Castilho, V., *Tratado de Medicina Veterinária*
20 *Legal*. Medvep, Curitiba - PR, pp. 364–382.
- 21 Biondo, A.W., Costa, E.D., Fruet, M.O., Isidoro, R., 2014. Maus-tratos aos animais e
22 violência à mulher, à criança e ao idoso: existe elo entre eles? *Rev. Clínica*
23 *Veterinária*. 38–40.

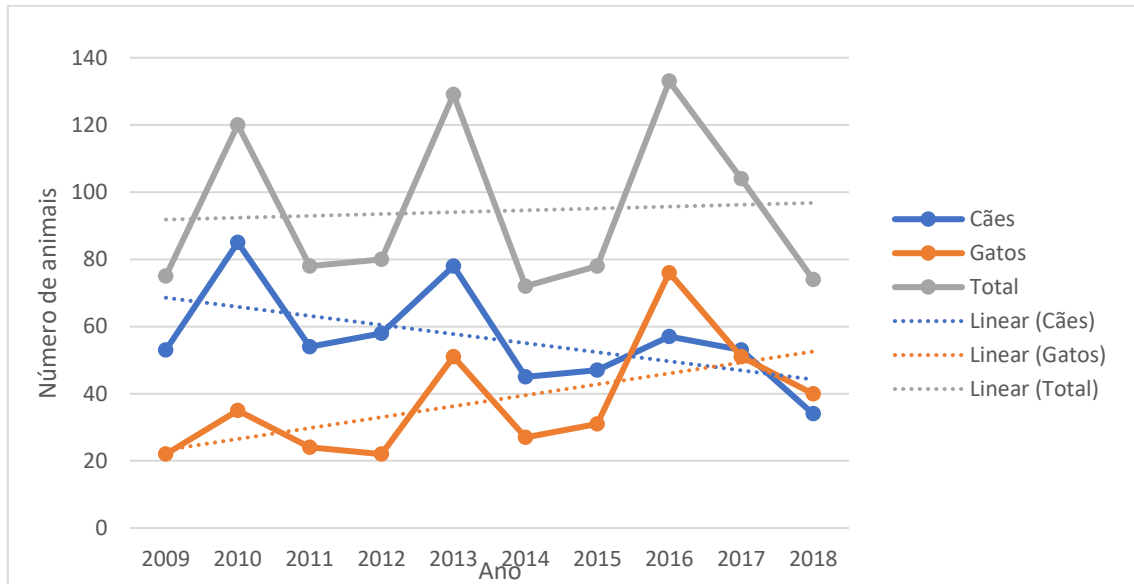
- 1 Brasil, 1998. Lei Federal No 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Lei de crimes ambientais,
2 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades
3 lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasil.
- 4 Brasil, 2003. Lei Federal No 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro,
5 posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de
6 Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasil.
- 7 CFMV, 2018. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução nº 1236 – Define e
8 caracteriza crueldade, abuso e maus-tratos contra animais vertebrados, dispõe sobre
9 a conduta de médicos veterinários e zootecnistas e dá outras providências. Brasil.
- 10 Daniell, C., 2002. Veterinarians and SPCAs: An essential partnership. *Can. Vet. J.* 43,
11 188-190.
- 12 Delabary, B.F., 2012. Aspectos que influenciam os maus-tratos contra animais no meio
13 urbano. *Rev. Eletrônica em Gestão, Educ. e Tecnol. Ambient.*
14 <https://doi.org/10.5902/223611704245>
- 15 Faraco, C.B., Seminotti, N., 2006. A crueldade com animais: como identificar seus sinais?
16 O Médico Veterinário e a prevenção da violência doméstica. *Revista CFMV.* 37, 66
17 - 71.
- 18 Garcia R.C.M., Calderón, N., Ferreira, F., 2012. Consolidação de diretrizes internacionais
19 de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para
20 seu gerenciamento. *Rev. Panam. Salud Publica/Pan Am. J. Public Heal.*
21 <https://doi.org/10.1590/S1020-49892012000800008>
- 22 Garcia, R.C.M., 2009. Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de
23 ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil.

- 1 Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.10.2009.tde-18012010->
2 154127
- 3 Garcia, R.C.M., 2017. Desafios para o enfrentamento da negligência, in: Tostes, R.A.,
4 Reis, S.T.J., Castilho, V. V. (Eds.), Tratado de Medicina Veterinária Legal. Medvep,
5 Curitiba - PR, pp. 317–333.
- 6 Hammerschmidt, J., Forte, C., Molento, M., 2014. Protocol for expert report on animal
7 welfare in case of companion animal cruelty suspicion. *Braz. J. Vet. Res. Anim.*
8 *Sci.*, São Paulo 51, 282–296. <https://doi.org/10.11606/issn.1678-4456.v51i4p282->
9 296
- 10 Hammerschmidt, J., Molento, C.F.M., 2012. Análise retrospectiva de denúncias de maus-
11 tratos contra animais na região de Curitiba, Estado do Paraná, utilizando critérios de
12 bem-estar animal. *Brazilian J. Vet. Res. Anim. Sci.* 49, 431–441.
13 <https://doi.org/DOI: 10.11606/issn.1678-4456.v49i6p431-441>
- 14 IBGE, 2010. Censo Demográfico 2010. Características da População e dos Domicílios.
15 Resultados do universo. Brasil.
- 16 IBGE, 2014. Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. <https://doi.org/10.124>
17 [9/MSS.0b013e3181949333](https://doi.org/10.1249/MSS.0b013e3181949333)
- 18 Ivanieviz, T.M., Rocha, F., Barrero, S.M., Garcia, R. de C.M., 2016. Similaridade no
19 diagnóstico de maus-tratos nas crianças e nos animais. *Rev. Clínica Veterinária* 80–
20 82.
- 21 Laks, J., Werner, J., De Miranda-Sá, L.S., 2006b. Psiquiatria forense e Direitos Humanos
22 nos pólos da vida: Crianças, adolescentes e idosos. *Rev. Bras. Psiquiatr.*
23 <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462006000600006>

- 1 Lima, J.L.A., 2015. Um estudo acerca da legislação sobre os maus-tratos com animais.
2 Universidade Federal Rural do Semi-árido.
- 3 Machado, J.C., Paixão, R.L., 2014. A representação do gato doméstico em diferentes
4 contextos socioculturais e as conexões com a ética animal. *Rev. Int. Interdiscip.*
5 *INTERthesis*. <https://doi.org/10.5007/view/1807-1384.2014v11n1p231>
- 6 Marlet, E.F., Maiorka, P.C., 2010. Análise retrospectiva de casos de maus-tratos contra
7 cães e gatos na cidade de São Paulo. *Braz. J. Vet. Res. Anim. Sci.* 47, 385 -
8 394. <https://doi.org/10.11606/issn.1678-4456.bjvras.2010.26820>
- 9 Merck, M.D., 2013. *Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations*, second ed.
10 Blackwell Publishing, Iowa.
- 11 Monsalve, S., Ferreira, F., Garcia, R., 2017. The connection between animal abuse and
12 interpersonal violence: A review from the veterinary perspective. *Res. Vet. Sci.* 114,
13 18–26. <https://doi.org/10.1016/j.rvsc.2017.02.025>
- 14 Monsalve, S., Hammerschmidt, J., Izar, M.L., Marconcin, S., Rizzato, F., Polo, G.,
15 Garcia, R., 2018. Associated factors of companion animal neglect in the family
16 environment in Pinhais, Brazil. *Prev. Vet. Med.* 157, 19–25.
17 <https://doi.org/10.1016/j.prevetmed.2018.05.017>
- 18 Munro, R., Munro, H.M.C., 2008. Animal abuse and unlawful killing : forensic veterinary
19 pathology, *Journal of clinical pathology*. <https://doi.org/10.1136/jcp.47.1.95-d>
- 20 Nassaro, M.R.F., 2013. *Maus-tratos aos Animais e Violência contra as Pessoas: a*
21 *aplicação da Teoria do Link nas ocorrências da Polícia Militar Paulista*, 1a. ed.
22 Edição do autor, São Paulo.
- 23 Paiva, J.P., 2010. Divulgação dos princípios de guarda responsável: uma vertente possível
24 no trabalho de pesquisa a campo. *Revista Eletrônica Novo Enfoque.* 9, 64-86

- 1 Pereira, K.E.V., 2018. Vulnerabilidade socioambiental, políticas públicas e o êxodo rural
2 como fator contributivo do processo de expansão urbana de Patos–PB. Universidade
3 Federal de Campina Grande.
- 4 Rodrigues, D.T., 2010. Observações sobre a proteção jurídica dos animais. *Ciência*
5 *Veterinária nos Trópicos* 13, 49–55.
- 6 Silvano, D., Bendas, A.J.R., Miranda, M.G.N., Pinhão, R., Mendes de Almeida F.,
7 Labarthe N.V., Paiva, J.P., 2010. Divulgação dos princípios de guarda responsável:
8 uma vertente possível no trabalho de pesquisa a campo. *Revista Eletrônica Novo*
9 *Enfoque*. 9, 64-86
- 10 Tanrisever, M., Karabulut, E., Canpolat, I., 2017. The Clinical and Radiological
11 Evaluation of Firearm Injuries in Dogs. *IOSR J. Agric. Vet. Sci.*
12 <https://doi.org/10.9790/2380-1004015862>
- 13 Vermeulen, H., Odendaal, J.S.J., 1993. Proposed Typology of Companion Animal Abuse.
14 *Anthrozoos*. <https://doi.org/10.2752/089279393787002178>
- 15 Vieira, M., Dias, D., Souza, V., Pôrto, R., Santin, A., 2019. Perfil de trinta cães vítimas
16 de maus-tratos resgatados por protetores de animais. *Enciclopédia Biosf.*
17 https://doi.org/10.18677/encibio_2019a99
- 18
19
20
21
22
23
24
25

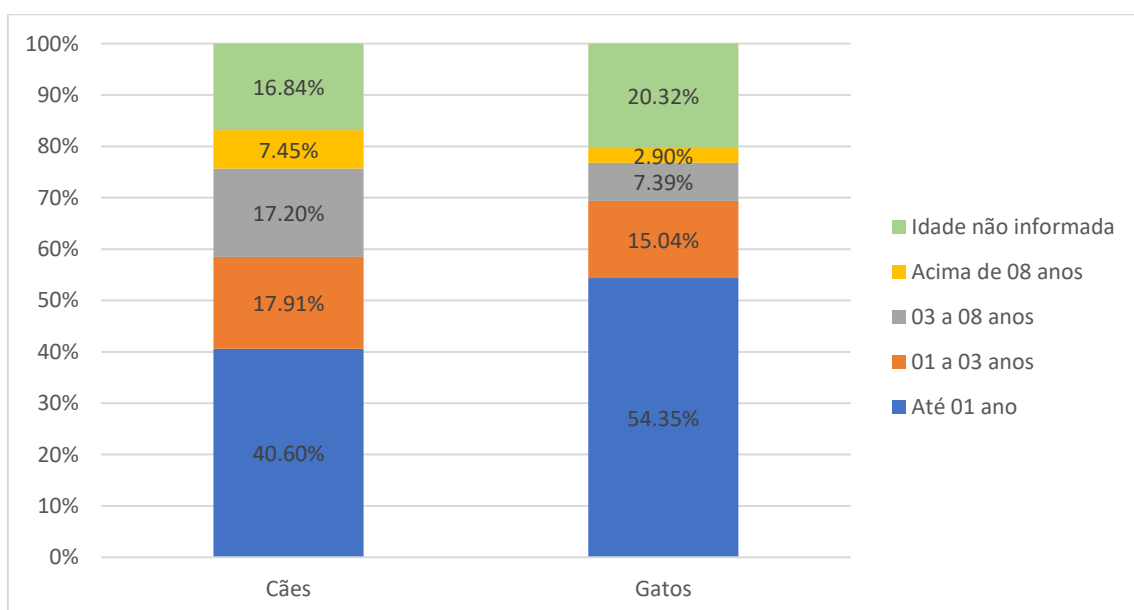
1 **Figura 1:** Distribuição anual dos atendimentos com indícios de maus-tratos em cães e gatos no
 2 Hospital Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa da Universidade Federal
 3 de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, oriundos do município de Patos-PB, durante
 4 o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018.



5

6

7 **Figura 2:** Distribuição dos atendimentos com indícios de maus-tratos em cães e gatos, segundo
 8 a idade, no Hospital Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa da
 9 Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, oriundos do município
 10 de Patos-PB, durante o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2018.



11

- 1 **Tabela 1:** Distribuição das frequências de maus-tratos em cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa
 2 da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, oriundos do município de Patos-PB, durante o período de janeiro
 3 de 2009 a dezembro de 2018, segundo a espécie e a idade.

Maus-tratos	Espécie												Total Geral
	Cão						Gato						
	A	B	C	D	Ni	Total Cães	A	B	C	D	Ni	Total Gatos	
Abandono	53 (5.6%)	10 (1.1%)	12 (1.3%)	2 (0.2%)	36 (3.8%)	113 (12.0%)	38 (4.0%)	8 (0.8%)	4 (0.4%)	1 (0.1%)	17 (1.8%)	68 (7.2%)	181 (19.2%)
Agressão Física	16 (1.7%)	5 (0.5%)	6 (0.6%)	1 (0.1%)	5 (0.5%)	33 (3.5%)	6 (0.6%)	5 (0.5%)	2 (0.2%)	1 (0.1%)	10 (1.2%)	24 (2.6%)	57 (6.1%)
Arma Branca	2 0.2%	1 (0.1%)	1 (0.1%)	1 (0.1%)	1 (0.1%)	6 (0.6%)	1 (0.1%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	1 (0.1%)	2 (0.2%)	8 (0.8%)
Arma de fogo	1 0.1%	3 (0.3%)	1 (0.1%)	0 (0.0%)	1 (0.1%)	6 (0.6%)	1 (0.1%)	0 (0.0%)	1 (0.1%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (0.2%)	8 (0.8%)

	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	2	7	7
Arma de Pressão	0.0%	(0.0%)	(0.0%)	(0.0%)	(0.0%)	(0.0%)	(0.3%)	(0.2%)	(0.0%)	(0.0%)	(0.2%)	(0.7%)	(0.7%)
	5	1	1	0	1	8	9	5	1	1	7	23	31
Envenenamento	0.5%	(0.1%)	(0.1%)	(0.0%)	(0.1%)	(0.8%)	(1.0%)	(0.5%)	(0.1%)	(0.1%)	(0.7%)	(2.5%)	(3.3%)
	152	81	76	38	51	398	148	37	20	8	40	253	651
Negligência	16.1%	(8.6%)	(8.1%)	(4.0%)	(5.4%)	(42.2%)	(15.7%)	(3.9%)	(2.1%)	(0.8%)	(4.3%)	(26.9%)	(69.1%)
	229	(101)	97	42	95	564	206	57	28	11	77	379	943
Total Geral	24,3%	10.7%	(10.3%)	(4.5%)	(10.1%)	(59.8%)	(21.8%)	(6.0%)	(3.0%)	(1.2%)	(8.2%)	(40.2%)	(100.0%)

1

2 A: Idade até 01 ano; B: Idade acima de 01 ano e menor que 03 anos; C: Idade acima de 03 anos e menor que 08 anos; D: Idade acima de 08
3 anos; Ni: Idade não informada.

4

5 **Tabela 2:** Associação entre a frequência de maus-tratos a cães e gatos atendidos no
 6 Hospital Veterinário Universitário Professor Dr. Ivon Macêdo Tabosa da Universidade
 7 Federal de Campina Grande, campus de Patos, PB, Brasil, durante os anos de 2009 a 2018
 8 e o grau de vulnerabilidade socioambiental por seu respectivo bairro no município de
 9 Patos-PB.

Bairros*	Maus-Tratos (N, %)	Σ (maus- tratos)	População humana (%)	Grau de Vulnerabilidade Socioambiental #
Jardim Assunção**	0 (0%)			
Bairro dos Estados**	1 (0%)			
Frei Damião**	3 (0%)	16 (2%)	19%	**
Jardim Europa**	5 (1%)			
Santa Cecília**	7 (1%)			
Ana Leite	0 (0%)			
Jardim Magnólia	1 (0%)			
Distrito Industrial	2 (0%)			
Morada do Sol	3 (0%)	123 (13%)	27%	Baixo
Brasília	8 (1%)			
Salgadinho	26 (3%)			
Centro	83 (9%)			
Bela Vista	16 (2%)			
Novo Horizonte	20 (2%)			
Noé Trajano	27 (3%)			
Maternidade	78 (8%)	344 (37%)	23%	Médio
Belo Horizonte	100 (11%)			
Santo Antônio	103 (11%)			

Alto da Tubiba	2 (0%)			
Sete Casas	8 (1%)			
Bivar Olinto	36 (4%)			
Monte Castelo	67 (7%)	430 (46%)	27%	Alto
Liberdade	74 (8%)			
São Sebastião	111 (12%)			
Jatobá	132 (14%)			
Nova Conquista	30 (3%)	30 (3%)	4%	Muito Alto

10 * Bairros agrupados de acordo com seu grau de vulnerabilidade.

11 ** Bairros sem dados suficientes para o cálculo do índice de vulnerabilidade.

12 # Pereira, 2018.

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

4 CAPÍTULO II

Maus-tratos aos animais e violência interpessoal sobre a perspectiva dos Médicos Veterinários do Estado da Paraíba, Brasil.

Manuscrito que será submetido à revista Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia. ISSN 1678-4162. Fator de Impacto: 0,240. Qualis A2.

1 **Maus-tratos aos animais e violência interpessoal sobre a perspectiva dos Médicos**
2 **Veterinários do Estado da Paraíba, Brasil.**

3 [*Animal abuse and interpersonal violence from the perspective of veterinarians from*
4 *Paraíba State, Brazil.*]

5 T.S. Brandão^{1*}, A.M. Dantas Neto¹, A.S. Alves¹, R.G. Ximenes¹, K.P.G. Bezerra¹,
6 A. W.L. Brasil³, S.C.A. Nóbrega², R.M.N. Silva², A.P. Souza¹

7 ¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência e Saúde Animal - Universidade Federal de
8 Campina Grande - Patos, PB - Brasil. *Autor para correspondência:
9 thiagos_brandao@hotmail.com

10 ² Unidade Acadêmica de Medicina Veterinária - Universidade Federal de Campina
11 Grande - Patos, PB – Brasil.

12 ³ Departamento de Ciências Veterinárias - Universidade Federal da Paraíba - Areia, PB –
13 Brasil.

14
15 **RESUMO**

16 Objetivou-se com esse estudo a obtenção de informações a respeito do conhecimento e
17 atitudes dos médicos veterinários do estado da Paraíba, Brasil, acerca dos atendimentos
18 de animais vítimas de maus-tratos, o perfil dos possíveis agressores e suas percepções a
19 conexão entre maus-tratos animais e violência interpessoal. Para tanto foi disponibilizada
20 pesquisa *online* contendo 21 questões a os todos Médicos Veterinários inscritos no
21 CRMV-PB. Para análise estatística foi utilizado o teste de Qui-quadrado com nível de
22 significância de 5% ($p < 0,05$). Segundo os médicos veterinários entrevistados, 70,7% das
23 vítimas de maus-tratos eram pequenos animais, sendo a negligência (68%) e a ausência
24 de atendimento médico (68%) os maus-tratos mais evidenciados. Adicionalmente, 82,7%
25 deles acreditavam na conexão entre maus-tratos animais e violência interpessoal e 90,7%
26 responderam não sentir dificuldade técnica em identificar maus-tratos, porém, 48% não
27 conheciam a lei que trata sobre os maus-tratos animais, 90,7% não realizaram denúncia
28 contra os agressores, e 81,3% afirmaram que a ausência de providências por parte dos
29 órgãos públicos competentes dificulta a denúncia. Conclui-se que estes profissionais são
30 importantes agentes no combate à violência, pois estão em posição privilegiada para
31 identificar tais atos, entretanto, precisam de mais conhecimento normativo sobre os
32 crimes de maus-tratos aos animais.

33
34 **Palavras chave:** violência doméstica, abuso animal, medicina veterinária, legislação.

35

1 ABSTRACT

2 The objective of this study was to obtain information about the knowledge and attitudes
3 of veterinarians in the state of Paraíba, Brazil, about the care of animals that are victims
4 of abuse, the profile of possible aggressors and their perceptions about the connection
5 between animal treatment and interpersonal violence. For this purpose, an online survey
6 containing 21 questions was made available to all Veterinarians registered in CRMV-PB.
7 For statistical analysis, the Chi-square test was used with a 5% significance level (p
8 <0.05). According to the veterinarians interviewed, 70.7% of the victims of abuse were
9 small animals, with negligence (68%) and the absence of medical care (68%) being the
10 most evident abuse. Additionally, 82.7% of them believed in the connection between
11 animal mistreatment and interpersonal violence and 90.7% responded that they did not
12 feel technical difficulty in identifying mistreatment, however, 48% did not know the law
13 that deals with animal mistreatment. , 90.7% did not make a complaint against the
14 aggressors, and 81.3% stated that the absence of measures by the competent public bodies
15 makes the complaint difficult. It is concluded that these professionals are important agents
16 in the fight against violence, as they are in a privileged position to identify such acts,
17 however, they need more normative knowledge about the crimes of animal abuse.

18

19 **Key words:** domestic violence, animal abuse, veterinary medicine, legislation.

20

21 INTRODUÇÃO

22 O abuso à animais faz parte do espectro da violência familiar e comunitária e que
23 deve ser visto como um dos principais problemas de saúde pública no mundo (Gullone,
24 2012). A ocorrência do abuso animal pode ser empregada como indicador de abuso
25 infantil, violência familiar e comportamento criminoso violento (Ascione *et al.*, 2007;
26 Bright *et al.*, 2018). Tanto o abuso de animais de companhia quanto o de animais de
27 produção são frequentemente tratados como componentes de comportamentos
28 intimidadores utilizados pelos autores de violência para com seus parceiros íntimos,
29 crianças e idosos. Os abusos servem para dominar, controlar e induzir o medo e a
30 subserviência em suas vítimas impedindo que mulheres e seus filhos espancados tentem
31 sair de tais situações abusivas (Ascione e Arkow, 1999; Arkow, 2015).

1 O reconhecimento do vínculo entre abuso de animais e violência familiar passou
2 a exigir uma maior conscientização da questão por parte dos profissionais de serviço
3 humano e de bem-estar animal, além de mais treinamento e estudos cruzados entre eles
4 (Flynn, 2000). Entretanto, pouca atenção tem sido dirigida à identificação dos fatores de
5 risco e proteção, associados a maus-tratos aos cães e gatos no ambiente familiar. Entender
6 esses determinantes é de suma importância para o desenvolvimento de estratégias de
7 prevenção e controle que diminuam a presença de interações negativas do vínculo
8 humano-animal. Sendo assim, o Médico Veterinário é um profissional essencial,
9 responsável não apenas pelo cuidado dos animais, mas também pela saúde e segurança
10 das pessoas (Monsalve *et al.*, 2017), pois estão posicionados de forma privilegiada para
11 identificar tais atitudes criminosas contra os animais e seres humanos (Arkow e Nassaro,
12 2017).

13 O Médico Veterinário é um defensor do bem-estar dos animais, indo além do
14 tratamento de lesões e doenças, incluindo o reconhecimento, a resposta e a prevenção do
15 abuso de animais (Arkow, 2015). No Canadá, por exemplo, a CVMA (Associação Médica
16 Veterinária Canadense) declarou que os médicos veterinários têm "obrigação moral" de
17 relatar casos suspeitos de maus-tratos em animais, e que também "a sociedade tem a
18 obrigação de apoiar os veterinários que relatam de boa-fé atitudes de maus-tratos, usando
19 seu julgamento profissional". Além disso, apoiar que as escolas veterinárias treinem seus
20 alunos no reconhecimento e denúncia de abuso a animais (Arkow, 2015, p. 350).

21 No Brasil, existe legislação que proíbe os maus-tratos aos animais (Brasil, 1998)
22 e também instrumentos normativos que obrigam os médicos veterinários a comunicarem
23 as autoridades competentes casos de maus-tratos animais (CFMV, 2016, 2018), de modo
24 a fazer com que, a identificação e comunicação desses abusos venham a ser
25 acompanhadas de investigação e outros tipos de crimes (Benetato *et al.*, 2011).
26 Entretanto, a percepção dos Médicos Veterinários sobre seu papel na intervenção do
27 abuso de animais e violência interpessoal e o nível dos treinamentos que esse profissional
28 recebe sobre o assunto durante sua formação ainda não estão bem elucidados na América
29 Latina (Monsalve *et al.*, 2017).

30 A partir dessa problemática, objetivou-se com esse estudo, colher informações a
31 respeito do conhecimento dos Médicos Veterinários do estado da Paraíba, Brasil, acerca
32 dos atendimentos de crimes de maus-tratos aos animais, suas atitudes ao se depararem

1 com tal situação, a caracterização dos possíveis agressores de animais, e se estes
2 profissionais acreditam que haja uma ligação entre os maus-tratos animais e a violência
3 interpessoal.

4 5 **MATERIAL E MÉTODOS**

6 Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
7 do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande
8 (CEP- HUAC / UFCG) com o CAAE: 14518919.6.0000.5182 e número de parecer:
9 3.464.377.

10 Foi disponibilizada uma pesquisa *online* a todos os Médicos Veterinários do
11 estado paraibano através do Conselho Regional de Medicina Veterinária da Paraíba
12 (CRMV – PB) partir do site e envio de e-mail institucional a cada profissional inscrito no
13 respectivo Conselho, Além de também ser distribuída com o auxílio de redes sociais. A
14 pesquisa continha 21 questões e encontrava-se disponível no link <
15 <https://goo.gl/forms/vWhTzVQGJ2rCb7S72>> durante o período de 28 de julho de 2019 a
16 28 de outubro de 2019. Através da pesquisa foram coletadas informações
17 sociodemográficas dos Médicos Veterinários atuantes no estado paraibano, número de
18 animais atendidos vítimas de maus-tratos durante sua carreira profissional, suas atitudes
19 frente as situações de abuso animal e conhecimento da legislação acerca da proteção
20 animal, além de mensurar se estes acreditavam na existência da relação entre os maus
21 tratos aos animais e a violência interpessoal. O corpo da pesquisa consistia
22 principalmente de perguntas curtas, para as quais os participantes puderam selecionar
23 uma ou mais opções para representar suas experiências e percepções acerca dos maus-
24 tratos animais.

25 Apenas foram incluídas para análise as respostas do questionário em que o
26 Médico Veterinário entrevistado afirmara ter atendido animais em condições de maus-
27 tratos. Posteriormente os dados obtidos dos questionários

28 foram inseridos em planilha eletrônica e em seguida foram contabilizadas as
29 frequências absolutas e relativas de cada questionamento. Para a avaliação das
30 frequências foi aplicado o teste de Qui-quadrado de aderência. Também foram realizados
31 cruzamentos entre as variáveis: Sexo do médico veterinário x modificações na legislação,
32 saber como denunciar x já denunciou, conhecimento sobre legislação x já denunciou e

idade do agressor x origem do animal para verificar uma possível associação pelo teste de Qui-quadrado. As análises foram realizadas no aplicativo SPSS 24 for MAC ao nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De um total de 1.763 médicos veterinários inscritos no CRMV - PB, durante o período da pesquisa, 108 profissionais a responderam em tempo hábil para análise. Destes, 75 questionários foram incluídos no estudo, os demais foram excluídos, pois não atenderam ao critério de inclusão estabelecido. A maioria dos Médicos Veterinários eram do sexo feminino (58,7%), enquanto 41,3% deles eram do sexo masculino. A maior proporção dos entrevistados afirmara trabalhar no setor público (53,3%), e que estavam no máximo a cinco anos atuando como profissionais (57,3%), além de majoritariamente possuírem cursos de pós-graduação (77,3%), conforme descrito na (Tab. 1).

Tabela 1 – Perfil profissional dos Médicos Veterinários participantes da pesquisa entre julho e outubro de 2019 que afirmaram ter atendido animais vítimas de maus-tratos durante sua carreira, no estado da Paraíba, Brasil.

Perfil profissional	N (75)	(%)
Sexo		
Feminino	44	58,7
Masculino	31	41,3
Setor de trabalho		
Público	40	53,3
Privado	18	24
Liberal	9	12
Mais de um setor	8	10,7
Tempo de profissão		
Até 05 anos	43	57,3
Acima de 05 anos	32	42,7
Formação acadêmica		
Apenas graduação	17	22,7
Pós-graduação	58	77,3

No tocante à origem dos animais vítimas de maus-tratos, os entrevistados afirmaram ter atendido principalmente, animais errantes (45,3%), seguidos por animais domiciliados (41,3%) e comunitários (8%), sendo que 5,3% dos entrevistados não

1 souberam informar a origem dos demais animais atendidos por eles. Apesar da frequência
 2 observada em animais errantes ter sido maior que a de domiciliados, estas não foram
 3 discrepantes, demonstrando que independentemente da origem, eles apresentaram as
 4 mesmas chances de sofrerem maus-tratos. Entretanto, é notório que animais não
 5 domiciliados estão mais expostos a situações desfavoráveis, principalmente, privação de
 6 água e alimentos, falta de cuidados veterinários, além de agressões físicas intencionais
 7 (Moutinho *et al.*, 2015), demonstrando assim, que os animais errantes estão mais
 8 predispostos a situações de maus-tratos, o que pode justificar essa diferença nas
 9 frequências acima.

10 Em relação às espécies vítimas de maus tratos, os veterinários relataram maior
 11 frequência aos atendimentos exclusivos de pequenos animais (cães e gatos) com 70,7%
 12 dos casos, enquanto foi obtida frequência de 29,3% na rotina clínica mista (cães, gatos,
 13 animais de produção, silvestres e exóticos), semelhante aos achados de Green e Gullone
 14 (2005) que encontraram em entrevista a veterinários australianos, maior ocorrência de
 15 abuso animal em cães e gatos, seguidos de outras espécies. Em ambos os estudos pode-
 16 se notar que o abuso animal foi encontrado em praticamente todas as espécies comumente
 17 atendidas pelos Médicos Veterinários, demonstrando que todos os animais estão sujeitos
 18 a esses tipos de práticas. No entanto, em relação a violência familiar os cães e gatos são
 19 as espécies animais mais frequentemente encontradas, pois devido ao seu vínculo com os
 20 humanos estão mais próximas a eles, sendo assim facilmente subjugadas à violência,
 21 juntamente com mulheres, crianças e idosos (Ascione *et al.*, 2007).

22 Uma lista com diversas modalidades de maus-tratos foi apresentada aos
 23 participantes e estes puderam assinalar mais de uma opção, de modo que as frequências
 24 foram distribuídas conforme o número de vezes que foram assinaladas por eles. Os
 25 resultados dessas frequências são apresentados na (Tab. 2).

26
 27 **Tabela 2** – Modalidades e frequências de maus-tratos obtidas a partir das alternativas
 28 assinaladas no questionário pelos Médicos Veterinários participantes da pesquisa entre
 29 julho e outubro de 2019, no estado da Paraíba, Brasil.

Modalidade de maus-tratos	N (75)	(%)
Ausência de atendimento veterinário	51	68
Negligência	51	68
Abandono	45	60
Envenenamento	39	52

Privação de água/comida	35	46,7
Espancamento	32	42,7
Lesão por arma de fogo	30	40
Lesão por arma branca	29	38,7
Queimaduras	16	21,3
Excesso de carga/trabalho	12	16
Zoofilia	09	12
Outra	02	2,7

1
2 Dentre as modalidades de maus-tratos avaliadas, ausência de atendimento médico
3 veterinário (68%), negligência (68%) abandono (60%), privação de água e comida
4 (46,7%) foram colocadas isoladamente neste trabalho para melhor expressar tais
5 situações. Entretanto, todas elas são consideradas negligência (Vermeulen e Ondedaal,
6 1993). A negligência é um ato de omissão (não intencional), geralmente uma ação
7 contínua ou falta de ação do tutor ou do responsável pelo animal por um longo período
8 de tempo (Merck *et al.*, 2013), tornando-se assim um marcador, para os seus tutores, da
9 ocorrência simultânea de autonegligência e de uma variedade de transtornos mentais, a
10 exemplo da acumulação de animais (Arkow e Nassaro, 2017), além disso, muitas vezes
11 está relacionada com situações de vulnerabilidade social (Garcia, 2017), esta categoria de
12 maus-tratos foi a mais citada neste estudo.

13 Em relação aos casos de crueldade intencional contra animais, estes são
14 frequentemente mais preocupantes, em decorrência da conexão estabelecida entre
15 crueldade animal e outras formas de violência, como violência doméstica, abuso infantil
16 e de idosos (Kogan *et al.*, 2017). Entre os casos intencionais listados no questionário, os
17 que tiveram maior proporção de observações pelos veterinários foram respectivamente,
18 envenenamento (52%), espancamento (42,7%), lesões por arma de fogo (40%), lesões
19 por arma branca (38,7%), queimaduras (21,3%) e zoofilia (12%). Tais frequências
20 retratam a existência de diferentes condições de maus-tratos observadas pelos Médicos
21 Veterinários paraibanos em sua rotina clínica de atendimento, demonstrando assim que tais
22 situações fazem parte do cotidiano desses profissionais.

23 Neste estudo, não foi perguntado como os Médicos Veterinários chegaram a esses
24 diagnósticos, ou se tiveram alguma preparação acadêmica para a identificação de maus-
25 tratos, entretanto Monsalve *et al.* (2019) em estudo semelhante observaram que a maioria
26 dos veterinários pesquisados declararam falha no treinamento recebido em ciências
27 forenses veterinárias e ciências de bem-estar-animal na faculdade de medicina

1 veterinária, o que conseqüentemente pode comprometer o diagnóstico real dos maus-
2 tratos aos animais.

3 Quando perguntados se acreditavam na existência de alguma relação entre os
4 maus-tratos aos animais e a violência contra pessoas, a maioria dos entrevistados
5 responderam que sim (82,7%), semelhantemente a vários outros estudos (Green e
6 Gullone, 2005; Williams *et al.*, 2008; Kogan *et al.*, 2017; Monsalve *et al.*, 2019). Quando
7 indagados se em seus atendimentos a animais vítimas de maus-tratos, alguma vez os
8 tutores também já haviam declarado serem vítimas de violência por parte do agressor do
9 animal, 14,7% dos entrevistados disseram que isso já tivera ocorrido, o que ratifica a
10 afirmação de Williams *et al.* (2008) em que sugeriram que a crueldade animal pode ser
11 considerada um indicador de violência contra humanos, pois em lares em que os animais
12 são abusados, as pessoas estão em risco de serem violentadas.

13 No estado de Pernambuco, nordeste do Brasil, uma pesquisa realizada com
14 mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pela delegacia de proteção à mulher,
15 demonstrou que em 49% dos casos, seus animais também já foram agredidos (Padilha,
16 2011). Observa-se que neste estudo a frequência expositiva de relatos de violência
17 doméstica aos veterinários foi bem inferior quando comparadas a estudos em que as
18 vítimas procuraram ajuda de outros profissionais. Talvez isso tenha ocorrido pelo fato de
19 que o papel dos médicos veterinários em relação ao ciclo da violência ainda não seja
20 reconhecido pelas próprias pessoas vítimas do abuso (Hardesty *et al.*, 2013). Apesar do
21 contato direto dos veterinários com as supostas vítimas de violência doméstica no
22 momento da consulta de seus animais, estas em sua maioria não estão dispostas em
23 confiar nestes profissionais os relatos das situações pelas quais passaram (Tiplady *et al.*,
24 2012), fato que pode justificar a reduzida frequência dos relatos de violência doméstica
25 aos médicos veterinários entrevistados.

26 Ao perguntar se sabiam qual o sexo dos agressores dos animais trazidos à consulta,
27 a maioria dos entrevistados afirmaram não saber informar (58,7%), porém, o sexo
28 masculino (37,3%) comparado ao sexo feminino (4%), foi o mais observado,
29 corroborando com outros estudos (Arkow e Nassaro, 2017; Scheffer, 2017). Já em relação
30 a idade, 54,7% dos agressores tinham acima de 21 anos, enquanto 45,3% tinham menos
31 de 21 anos. Isso demonstrou que tanto jovens como adultos são responsáveis pelos maus-
32 tratos aos animais. Para Ascione e Arkow (1999) crianças e jovens que sofreram algum

1 tipo de abuso na infância ou presenciaram esses tipos de condutas violentas, sejam com
2 animais ou com pessoas tendem a repetir essas atitudes na idade adulta, dando
3 continuidade ao ciclo de violência a que já foram submetidos.

4 Ao realizar o cruzamento das variáveis idade do agressor x origem do animal,
5 notou-se que os agressores com idade abaixo de 21 anos preferiram os animais errantes
6 enquanto aqueles com idade acima de 21 anos preferiram cometer maus-tratos com
7 animais domiciliados, conforme observado na (Tab. 3).

8
9 **Tabela 3** – Relação entre as variáveis idade do agressor e origem do animal agredido de
10 acordo com o relatado no questionário aplicado aos Médicos Veterinários participantes
11 da pesquisa entre julho e outubro de 2019, no estado da Paraíba, Brasil.

Idade do agressor	Origem dos animais				Total	P-valor
	Domiciliados	Errantes	Comunitários	Não sabe informar		
< 21 anos	5 (14,7%)	25 (73,5%)	1 (2,9%)	3 (8,8%)	34 (100%)	<0.0001
≥ 21 anos	26 (63,4%)	9 (22%)	5 (12,2%)	1 (2,4%)	41(100%)	

12
13 Possivelmente essa relação entre a idade do agressor com a origem dos animais
14 possa estar ligada ao fato de que jovens preferiram animais errantes, diferentemente dos
15 adultos que optaram pelos animais domiciliados. Segundo Arkow e Nassaro (2017)
16 aquelas pessoas que agredem animais no âmbito familiar têm o objetivo de manter o
17 controle de toda família e uma das formas, muito frequente, é maltratar os animais de
18 estimação, ou seja, aqueles domiciliados, já que há uma relação muito próxima de
19 afetividade entre esses animais e seus entes familiares. De fato, neste caso, em específico
20 seriam necessários mais estudos para aprofundar os verdadeiros motivos que levaram a
21 essa relação de significância estatística entre idade dos agressores e origem dos animais.

22 Quando perguntados se costumavam acompanhar as modificações nas legislações
23 referentes à sua profissão, 57,3% dos entrevistados responderam que sim e 42,7% que
24 não acompanhavam. Os médicos veterinários têm o dever de acompanhar as modificações
25 relacionadas à sua profissão através de seu código de ética profissional, pois é a partir
26 dele que a sua profissão é pautada, entretanto, neste estudo, parcela significativa destes
27 profissionais não acompanhava estas modificações na legislação de sua profissão.
28 Ademais, quase metade dos entrevistados responderam que não conheciam (48%) a
29 legislação a respeito dos crimes de maus-tratos aos animais. Contudo, no Brasil, existe

1 legislação a respeito da prática dos maus-tratos aos animais, sendo tal conduta
2 considerada crime (Brasil, 1998).

3 Os médicos veterinários devem conhecer a legislação de proteção aos animais,
4 além de notificar os casos de maus-tratos aos quais tiverem conhecimento, (CFMV, 2016,
5 2018). Quando perguntados se sabiam denunciar situações de maus-tratos aos animais,
6 64% disseram que sim e 36% que não. Já em relação a atitude de denunciar alguém pelo
7 crime de maus-tratos aos animais, observou-se grande relutância desses profissionais,
8 pois apenas 9,3% afirmaram haver denunciado, enquanto 90,7% dos entrevistados não
9 haviam denunciado (Fig. 1)

10

11

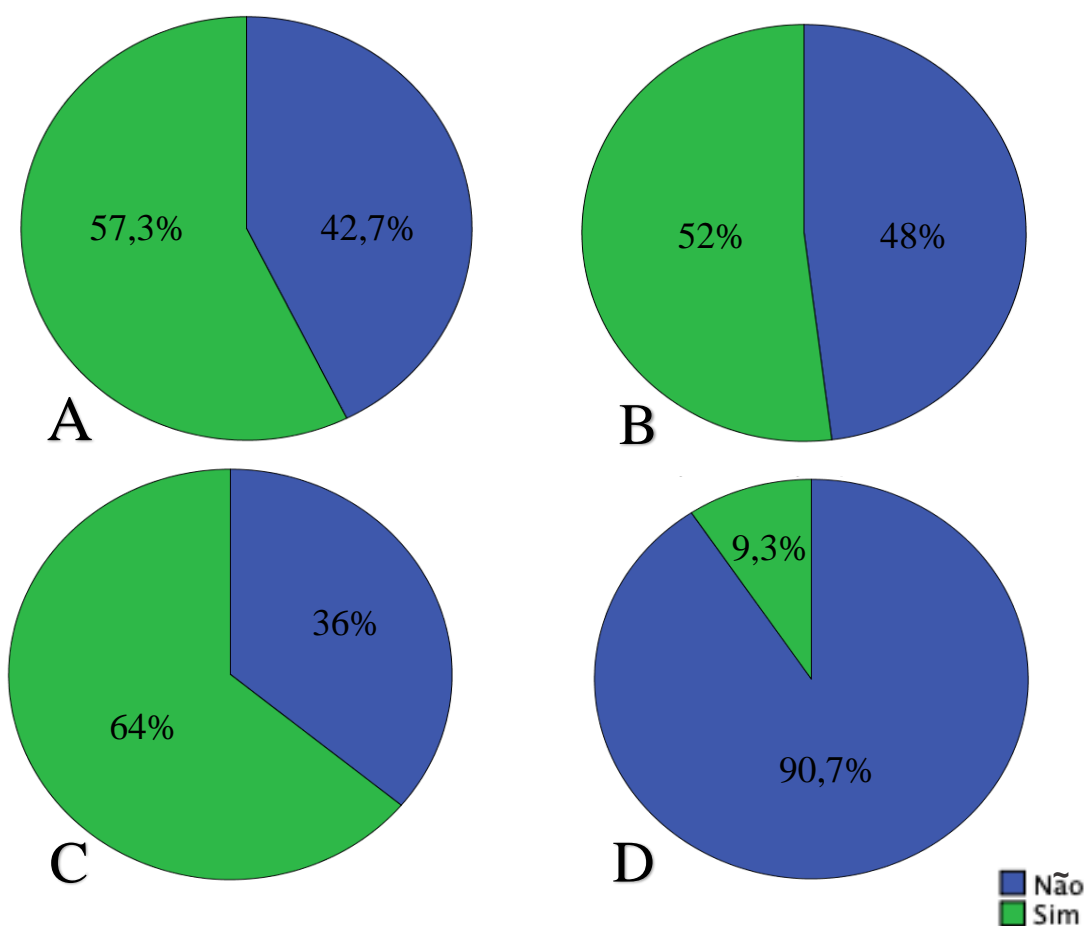
12

13

14

15 Figura 1. Representação das respostas dos Médicos Veterinários sobre legislação e
16 atitudes tomadas acerca de maus-tratos animais. A) Costuma acompanhar as
17 modificações nas legislações referentes à sua profissão de Médico Veterinário? B) Você
18 conhece a legislação que trata acerca dos crimes de maus tratos aos animais? C) Você
19 sabe como denunciar os crimes de maus tratos aos animais? D) Você já denunciou alguém
20 por crime de maus tratos aos animais?

21



1 Quando avaliados os dados, sexo do médico veterinário x modificações na
2 legislação, observou-se que os médicos veterinários do sexo masculino foram os que mais
3 acompanharam as mudanças nas legislações referentes à sua profissão ($p < 0,05$). Após
4 análise das respostas dos médicos veterinários acerca das perguntas: saber como
5 denunciar x já denunciou, notou-se que mesmo a maioria tendo conhecimento de como
6 denunciar, preferiram não realizar denúncia ($p < 0,05$). Quando comparadas as respostas
7 para as variáveis: conhece a legislação sobre maus-tratos x já denunciou, a frequência
8 daqueles que realmente de fato conhecem a legislação e já denunciaram foi de 15,4%.

9 Em outros estudos realizados no Brasil, Colômbia, Austrália e Estados Unidos, o
10 principal motivo para não relatar casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos ou até
11 mesmo relatos com números subnotificados, foi a falta de conhecimento para identificar
12 o abuso de animais (Green e Gullone, 2005; Kogan *et al.*, 2017; Monsalve *et al.*, 2019).
13 Entretanto, quando verificadas as respostas dos Médicos Veterinários paraibanos acerca
14 de suas maiores dificuldades em denunciar o crime de maus-tratos aos animais, 90,7%
15 disseram não apresentar falta de conhecimento técnico para identificar os crimes de maus-
16 tratos, enquanto apenas 9,3%, afirmaram ter dificuldade técnica para diagnosticar. Mas,
17 quando analisados os dados referentes ao conhecimento acerca de como denunciar, a
18 maioria (50,7%) afirmaram não saber fazer denúncia, semelhante em parte ao estudo de
19 Monsalve *et. al* (2019) em que os veterinários entrevistados afirmaram ter dificuldade em
20 identificar e em denunciar as situações de maus-tratos.

21 Apesar dos veterinários paraibanos afirmarem apresentar o conhecimento técnico
22 a respeito da identificação dos maus-tratos, estes em sua maioria disseram não possuir o
23 conhecimento de como notificar esses casos, o que é preocupante, pois além de não
24 combater à prática de tais crimes, esses podem estar sujeitos a sanções administrativas,
25 pois devem manter constante atenção à possibilidade da ocorrência de crueldade, abuso
26 e maus-tratos aos animais, devendo registrar casos confirmados e/ou suspeitos em
27 prontuário médico e enviar documento atestando a confirmação ou suspeita da conduta
28 ilícita ao Conselho Médico Veterinário em que é registrado (CFMV, 2018).

29 No Brasil a maioria dos Médicos Veterinários não receberam informações
30 suficientes de como proceder legalmente em casos de crueldade, abuso e maus-tratos, aos
31 animais, além de não existirem leis que os protejam de responsabilidade civil e criminal,
32 decorrente de sua denúncia, caso tais práticas não sejam de fato, confirmadas (Monsalve

1 *et al.*, 2019) diferentemente de países como os Estados Unidos que apresentam leis de
2 imunidade jurídica aos veterinários, caso os abusos não sejam detectados, desde que esses
3 o tenham denunciado de boa-fé, os protegendo de possíveis processos por parte dos
4 possíveis agressores de animais (Kogan *et al.*, 2017).

5 Outras dificuldades relacionadas às denúncias de maus-tratos foram relatadas
6 pelos veterinários participantes da pesquisa, como por exemplo, ausência de providências
7 por parte dos órgãos públicos competentes (81,3%), ausência de locais específicos para
8 denúncia (62,75%), leis pouco punitivas, brandas demais (58,7%), sensação de
9 impunidade (56%) e temor de represália pelo agressor do animal (36%).

10 Apesar das práticas de maus-tratos ser considerada crime no Brasil (Brasil, 1998),
11 este é classificado como de menor potencial ofensivo (Rodrigues, 2015). Neste caso
12 apresentando sanções pequenas que não desestimulam a prática de tais crimes, trazendo
13 assim sensação de impunidade, além de trazer a sensação de insegurança aos
14 denunciantes, pois geralmente quem agride animais também pode cometer crimes contra
15 seres humanos (Arkow e Nassaro, 2017). Logo, essas condições como o medo de
16 represália pelo autor do crime e a sensação de impunidade são compartilhadas pelos
17 veterinários (Donley *et al.*, 1999) semelhante a outros profissionais da saúde em
18 denunciar crimes contra humanos (Garbin *et al.*, 2015).

19 Ao serem indagados se em algum momento de sua carreira, estes profissionais já
20 foram acionados por algum órgão judicial ou policial para auxiliar em investigação de
21 crimes de maus-tratos aos animais, 10,7% destes responderam que sim, já em relação a
22 elaboração de algum laudo ou relatório atestando o crime de maus-tratos aos animais,
23 20% dos entrevistados afirmaram que já haviam realizado tais documentos. Kogan et al.
24 (2017) obtiveram em seus estudos frequência de 28,4% de médicos veterinários
25 solicitados a participarem de investigação de crimes de maus-tratos animais e que destes
26 71,7% se sentiam pouco, ou apenas minimamente preparados para elaboração de tais
27 documentos. Apesar de não ter sido realizado pergunta a respeito do nível de preparação
28 para elaboração de documentos dos médicos veterinários paraibanos, pode-se inferir que
29 estes estão sujeitos à realização de tais documentos, cabendo a eles, os conhecimentos
30 técnicos e legais necessários para uma prestação de serviços adequada e produção de
31 documentos fidedignos e válidos com o objetivo de auxiliar na elucidação do ocorrido.

1 CONCLUSÕES

2 Os médicos veterinários em algum momento de sua rotina clínica irão se deparar
3 com situações de maus-tratos aos animais e violência humana, porém, muitos ainda
4 apresentam dúvidas a respeito de como agir nesses casos, principalmente relacionadas
5 aos aspectos legais, sendo assim necessário treinamento mais eficiente em sua formação
6 profissional. Além disso, os órgãos representativos da profissão com o objetivo de
7 encorajá-los a realizar denúncias poderiam oferecer apoio jurídico, promoção de cursos,
8 oficinas e palestras, voltadas à medicina veterinária legal, para que assim tais
9 profissionais de fato pudessem se sentir mais confiantes e mudarem suas atitudes
10 relacionadas à realização de denúncias, auxiliando ainda mais, na manutenção do bem-
11 estar animal e humano.

13 REFERÊNCIAS

14 ARKOW, P. Recognizing and responding to cases of suspected animal cruelty, abuse,
15 and neglect: what the veterinarian needs to know. *Veterinary Medicine: Research and*
16 *Reports.*, p.349-359, 2015.

18 ARKOW, P.; NASSARO, M.R.F. Maus-tratos a animais no contexto de outra violência
19 familiar, In: TOSTES, R.; REIS, S.T.J.; CASTILHO, V. Tratado de Medicina Veterinária
20 Legal. Curitiba: Medvep, 2017. p. 364–382.

22 ASCIONE, F.R.; ARKOW, P. Child Abuse, Domestic Violence and Animal
23 Abuse: Linking the Circles of Compassion for Prevention and Intervention. 8. ed. West
24 Lafayette: Purdue University Press, 1999. 479 p.

26 ASCIONE, F.R.; WEBER, C.V.; THOMPSON, T.M.; HEATH, J. et al. Battered Pets and
27 Domestic Violence. *Violence Against Women*, v. 13, n. 4, p.354-373, abr. 2007.

29 BENETATO, M.A.; REISMAN, R.; MCCOBB, E. The veterinarian's role in animal
30 cruelty cases. *Journal of The American Veterinary Medical Association*, v. 238, n. 1,
31 p.31-34, 2011.

32

- 1 BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e
2 administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras
3 providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>.
4 Acesso em: 18 jan. 2020.
5
- 6 BRIGHT, M.A.; HUQ, M.S; SPENCER, T.; APPLEBAUM, J.W. et al. Animal cruelty
7 as an indicator of family trauma: Using adverse childhood experiences to look beyond
8 child abuse and domestic violence. *Child Abuse & Neglect*, v. 76, p.287-296, 2018.
9
- 10 CFMV. Resolução nº 1138, de 16 de dezembro de 2016. Aprova o Código de Ética do
11 Médico Veterinário. Disponível em: < [http://portal.cfmv.gov.br/uploads/reso%2011-](http://portal.cfmv.gov.br/uploads/reso%2011-38_2016%20portal%20cfmv%20(3).pdf)
12 [38_2016%20portal%20cfmv%20\(3\).pdf](http://portal.cfmv.gov.br/uploads/reso%2011-38_2016%20portal%20cfmv%20(3).pdf) >. Acesso em: 18 jan. 2020.
13
- 14 CFMV. Resolução nº 1236, de 26 de outubro de 2018. Define e caracteriza crueldade,
15 abuso e maus-tratos contra animais vertebrados, dispõe sobre a conduta de médicos
16 veterinários e zootecnistas e dá outras providências. Disponível em: < [http://www2.cfm-](http://www2.cfmv.gov.br/manual/arquivos/resolucao/1236.pdf)
17 [v.gov.br/manual/arquivos/resolucao/1236.pdf](http://www2.cfmv.gov.br/manual/arquivos/resolucao/1236.pdf) >. Acesso em: 18 jan. 2020.
18
- 19 DONLEY, L.; PATRONEK, G.J.; LUKE, C. Animal abuse in Massachusetts: A summary
20 of case reports at the MSPCA and attitudes of Massachusetts veterinarians. *Journal of*
21 *applied animal welfare science: JAAWS*, v. 2, n. 1, p. 59–73, 1999.
22
- 23 FLYNN, C.P. Why Family Professionals Can No Longer Ignore Violence Toward
24 Animals. *Family Relations*, v. 49, n. 1, p.87-95, 2000.
25
- 26 GARBIN, C.A.S.; DIAS, I.A.; ROVIDA, T.A.S.; GARBIN, A.J.Í. Desafios do
27 profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e
28 encaminhamento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 6, p.1879-1890, 2015.
29
- 30 GARCIA, R.C.M. Desafios para o enfrentamento da negligência, In: TOSTES, R.; REIS,
31 S.T.J.; CASTILHO, V. Tratado de Medicina Veterinária Legal. Curitiba: Medvep, 2017.
32 p. 317–333.

- 1 GREEN, P. C.; GULLONE, E. Knowledge and attitudes of Australian veterinarians to
2 animal abuse and human interpersonal violence. *Australian Veterinary Journal*,
3 Melbourne, v. 83, n. 10, p.619-625, 2005.
4
- 5 GULLONE, E. *Animal Cruelty, Antisocial Behaviour, and Aggression: More than a*
6 *Link*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. 182 p.
7
- 8 HARDESTY, J.L.; KHAW, L.; RIDGWAY, M.D. et al. Coercive control and abused
9 women's decisions about their pets when seeking shelter. *Journal of Interpersonal*
10 *Violence*, v. 28, n. 13, p. 2617–2639, 2013.
11
- 12 KOGAN, L.R.; SCHOENFELD-TACHER, R.M.; HELLYER, P.W. et al. Survey of
13 attitudes toward and experiences with animal abuse encounters in a convenience sample
14 of US veterinarians. *Journal of The American Veterinary Medical Association*, v. 250, n.
15 6, p.688-696, 2017.
16
- 17 MERCK, M.D.; MILLER, D.M.; REISMAN, R.W. Neglect. In: MERCK,
18 M.D. *Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations*. 2. ed. Jersey City: John Wiley
19 & Sons, Inc., 2013. Cap. 11. p. 207-232.
20
- 21 MONSALVE, S.; FERREIRA, F.; GARCIA, R. The connection between animal abuse
22 and interpersonal violence: A review from the veterinary perspective. *Research in*
23 *Veterinary Science*, v. 114, p.18-26, 2017.
24
- 25 MONSALVE, S.; PEREIRA, E. L.; LEITE, L.O.; POLO, G. et al. Perception, knowledge
26 and attitudes of small animal practitioners regarding animal abuse and interpersonal
27 violence in Brazil and Colombia. *Research in Veterinary Science*, v. 124, p.61-69, 2019.
28
- 29 MOUTINHO, F.F.B.; NASCIMENTO, E.R.; PAIXÃO, R.L. Percepção da sociedade
30 sobre a qualidade de vida e o controle populacional de cães não domiciliados. *Cienc.*
31 *Anim. Bras.*, v. 4, n. 16, p. 574-588, 2015.

- 1 PADILHA, M.J.S. Crueldade com Animais X Violência Doméstica Contra Mulheres:
2 uma conexão real. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011. 61 p.
3
- 4 RODRIGUES, D.T. Observações sobre a proteção jurídica dos animais. *Ciência*
5 *Veterinária nos Trópicos*, Recife, v. 13, p.49-55, 2010.
6
- 7 SCHEFFER, G.K.; FRANÇA, L.A. O agente de maus-tratos aos animais: um estudo
8 criminológico do perfil do agressor. In: XIII Semana científica da Unilasalle (SEFIC),
9 13., 2017, Canoas. *Anais da XIII Semana Científica da Unilasalle (SEFIC)*. Canoas:
10 Unilasalle, 2017. p. 627. (Resumo)
11
- 12 TIPLADY, C.M.; WALSH, D.B.; PHILLIPS, C.J.C. Intimate partner violence and
13 companion animal welfare. *Australian Veterinary Journal*, v. 90, n. 1–2, p. 48–53, 2012.
14
- 15 VERMEULEN, H.; ODENDAAL, J.S.J. Proposed Typology of Companion Animal
16 Abuse. *Anthrozoös*, v. 6, n. 4, p. 248-257, 1993.
17
- 18 WILLIAMS, V.M.; DALE, A.R.; CLARKE, N. et al. Animal abuse and family violence:
19 Survey on the recognition of animal abuse by veterinarians in New Zealand and their
20 understanding of the correlation between animal abuse and human violence. *New Zealand*
21 *Veterinary Journal*, v. 56, n. 1, p.21-28, 2008.
22
23

1 **5 CONCLUSÃO GERAL**

2
3 A partir dos resultados expostos, notou-se que os maus-tratos aos animais foram mais
4 observados naquelas localidades com altos índices de vulnerabilidade socioambiental,
5 principalmente a negligência, além dos maus-tratos físicos intencionais. Além do mais, os
6 atendimentos de animais vítimas de maus-tratos fazem parte da rotina do atendimento clínico
7 veterinário e que em algum momento da carreira, os médicos veterinários irão se deparar com
8 tutores que também poderão estar sendo vítimas de violência.

9 Observou-se também que estes profissionais ainda têm dúvidas sobre a legislação e de
10 seu papel em relação aos crimes de maus-tratos, uma vez que apesar de afirmarem conhecer a
11 temática abordada, nota-se dificuldade, em itens básicos, como por exemplo, locais de
12 denúncia, e como proceder com estes casos. Poucos foram os casos em que estes afirmaram já
13 haver denunciado alguém por tal crime, assim, sendo necessário mais ênfase em sua formação
14 e apoio a estes profissionais para que possam encorajá-los no combate a tais crimes.

15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34

ANEXOS

NORMAS DO CAPÍTULO I



Guide for Authors

Preventive Veterinary Medicine's Editors and reviewers use several published guidelines for reporting standards; **the websites are listed in the Appendix to this Guide for Authors.** Conformation to these reporting standards allows our Editors and reviewers to judge the quality and originality of your work; conformation also offers readers sufficient information to judge the relevance of your study to the readers' own situations. Omission of substantive items from relevant guidelines for reporting standards is sufficient reason to reject your manuscript. **Thus, we highly encourage you to review this Guide for Authors and the relevant suggested website for your study. You must append** (to your initial manuscript submission) **a copy of the relevant checklist(s)** from listed websites such as STARD or REFLECT but not our own Guide for Authors. On the checklist, indicate the items you consider to be addressed within your paper. It remains the responsibility of the reviewers and Editors to decide whether the manner in which you addressed the checklist items is adequate for publication in *Preventive Veterinary Medicine*.

Types of contribution

- Original research papers (Regular Papers)
- Review articles
- Short communications
- Letters to the Editor
- Commentary

Original research papers should report the results of original research. The material should not have been previously published elsewhere, except in a preliminary form.

Review articles should cover subjects falling within the scope of the journal which are of active current interest.

A *Short Communication* is a concise but complete description of a limited investigation, which will not be included in a later paper. Short Communications should be as completely documented, both by reference to the literature and description of the experimental procedures employed, as a regular paper. They should not occupy more than 6 printed pages (about 12 manuscript pages, including figures, tables and references).

Letters to the Editor offering comment, or useful critique on material published in the journal are welcomed. The decision to publish submitted letters rests purely with the Editor-in-Chief. Any letter received, and approved for publication, will be sent to the Corresponding Author of the paper to which it refers for a response. Both letter and response (if received) will then be published together. It is hoped that the publication of such letters will permit an exchange of views which will be of benefit to both the journal and its readers.

A *Commentary paper* may include research, application, demonstration, and/or teaching components. It should not exceed 1,000 words (not counting references, tables, and figures). It should be supported with scientifically logical evidence, publications, and/or professional observations. It is the responsibility of the contributor(s) to ensure that the language of the submission is at a high-quality, professional level of English (or peer review may not be possible).



Before You Begin

Ethics in publishing

Please see our information pages on [Ethics in publishing](#) and [Ethical guidelines for journal publication](#).

Ethics in Animal Experimentation

Circumstances relating to animal experimentation must meet the International Guiding Principles for Biomedical Research Involving Animals as issued by the Council for the International Organizations of Medical Sciences. They are obtainable from: Executive Secretary C.I.O.M.S., c/o WHO, Via Appia, CH-1211 Geneva 27, Switzerland, or at the following URL: http://www.cioms.ch/publications/guidelines/1985_texts_of_guidelines.htm. Unnecessary cruelty in animal experimentation is not acceptable to the Editors of *Preventive Veterinary Medicine*.

Declaration of interest

All authors must disclose any financial and personal relationships with other people or organizations that could inappropriately influence (bias) their work. Examples of potential competing interests include employment, consultancies, stock ownership, honoraria, paid expert testimony, patent applications/registrations, and grants or other funding. Authors must disclose any interests in two places: 1. A summary declaration of interest statement in the title page file (if double-blind) or the manuscript file (if single-blind). If there are no interests to declare then please state this: 'Declarations of interest: none'. This summary statement will be ultimately published if the article is accepted. 2. Detailed disclosures as part of a separate Declaration of Interest form, which forms part of the journal's official records. It is important for potential interests to be declared in both places and that the information matches. [More information](#).

Submission declaration and verification

Submission of an article implies that the work described has not been published previously (except in the form of an abstract, a published lecture or academic thesis, see '[Multiple, redundant or concurrent publication](#)' for more information), that it is not under consideration for publication elsewhere, that its publication is approved by all authors and tacitly or explicitly by the responsible authorities where the work was carried out, and that, if accepted, it will not be published elsewhere in the same form, in English or in any other language, including electronically without the written consent of the copyright-holder. To verify

originality, your article may be checked by the originality detection service [Crossref Similarity Check](#).

Preprints

Please note that [preprints](#) can be shared anywhere at any time, in line with Elsevier's [sharing policy](#). Sharing your preprints e.g. on a preprint server will not count as prior publication (see '[Multiple, redundant or concurrent publication](#)' for more information).

Use of inclusive language

Inclusive language acknowledges diversity, conveys respect to all people, is sensitive to differences, and promotes equal opportunities. Articles should make no assumptions about the beliefs or commitments of any reader, should contain nothing which might imply that one individual is superior to another on the grounds of race, sex, culture or any other characteristic, and should use inclusive language throughout. Authors should ensure that writing is free from bias, for instance by using 'he or she', 'his/her' instead of 'he' or 'his', and by making use of job titles that are free of stereotyping (e.g. 'chairperson' instead of 'chairman' and 'flight attendant' instead of 'stewardess').

Authorship

All authors should have made substantial contributions to all of the following: (1) the conception and design of the study, or acquisition of data, or analysis and interpretation of data, (2) drafting the article or revising it critically for important intellectual content, (3) final approval of the version to be submitted.

Changes to authorship

Authors are expected to consider carefully the list and order of authors **before** submitting their manuscript and provide the definitive list of authors at the time of the original submission. Any addition, deletion or rearrangement of author names in the authorship list should be made only **before** the manuscript has been accepted and only if approved by the journal Editor. To request such a change, the Editor must receive the following from the **corresponding author**: (a) the reason for the change in author list and (b) written confirmation (e-mail, letter) from all authors that they agree with the addition, removal or rearrangement. In the case of addition or removal of authors, this includes confirmation from the author being added or removed.

Only in exceptional circumstances will the Editor consider the addition, deletion or rearrangement of authors **after** the manuscript has been accepted. While the Editor considers the request, publication of the manuscript will be suspended. If the manuscript has already been published in an online issue, any requests approved by the Editor will result in a corrigendum.

Copyright

Upon acceptance of an article, authors will be asked to complete a 'Journal Publishing Agreement' (see [more information](#) on this). An e-mail will be sent to the corresponding author confirming receipt of the manuscript together with a 'Journal Publishing Agreement' form or a link to the online version of this agreement.

Subscribers may reproduce tables of contents or prepare lists of articles including abstracts for internal circulation within their institutions. [Permission](#) of the Publisher is required for resale or distribution outside the institution and for all other derivative works, including compilations and translations. If excerpts from other copyrighted works are included, the author(s) must obtain written permission from the copyright owners and credit the source(s) in the article. Elsevier has [preprinted forms](#) for use by authors in these cases.

For gold open access articles: Upon acceptance of an article, authors will be asked to complete an 'Exclusive License Agreement' ([more information](#)). Permitted third party reuse of gold open access articles is determined by the author's choice of [user license](#).

Author rights

As an author you (or your employer or institution) have certain rights to reuse your work. [More information](#).

Elsevier supports responsible sharing

Find out how you can [share your research](#) published in Elsevier journals.

Role of the funding source

You are requested to identify who provided financial support for the conduct of the research and/or preparation of the article and to briefly describe the role of the sponsor(s), if any, in study design; in the collection, analysis and interpretation of data; in the writing of the report; and in the decision to submit the article for publication. If the funding source(s) had no such involvement then this should be stated.

Open access

Please visit our Open Access page from the Journal Homepage for more information.

Elsevier Researcher Academy

[Researcher Academy](#) is a free e-learning platform designed to support early and mid-career researchers throughout their research journey. The "Learn" environment at Researcher Academy offers several interactive modules, webinars, downloadable guides and resources to guide you through the process of writing for research and going through peer review. Feel free to use these free resources to improve your submission and navigate the publication process with ease.

Language (usage and editing services)

Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors whose native language is not English are strongly advised to have their manuscripts checked by an English-speaking colleague prior to submission. Alternatively they may wish to use the English Language Editing service available from [Elsevier's WebShop](#) or visit our [customer support](#) site for more information.

Submission

Our online submission system guides you stepwise through the process of entering your article details and uploading your files. The system converts your article files to a single PDF

file used in the peer-review process. Editable files (e.g., Word, LaTeX) are required to typeset your article for final publication. All correspondence, including notification of the Editor's decision and requests for revision, is sent by e-mail.

Submit your article

Please submit your article via <https://www.evise.com/profile/api/navigate/PREVET>.



Preparation

Peer review

This journal operates a single blind review process. All contributions will be initially assessed by the editor for suitability for the journal. Papers deemed suitable are then typically sent to a minimum of two independent expert reviewers to assess the scientific quality of the paper. The Editor is responsible for the final decision regarding acceptance or rejection of articles. The Editor's decision is final. [More information on types of peer review](#).

Use of word processing software

It is important that the file be saved in the native format of the word processor used. The text should be in single-column format. Keep the layout of the text as simple as possible. Most formatting codes will be removed and replaced on processing the article. In particular, do not use the word processor's options to justify text or to hyphenate words. However, do use bold face, italics, subscripts, superscripts etc. When preparing tables, if you are using a table grid, use only one grid for each individual table and not a grid for each row. If no grid is used, use tabs, not spaces, to align columns. The electronic text should be prepared in a way very similar to that of conventional manuscripts (see also the [Guide to Publishing with Elsevier](#)). Note that source files of figures, tables and text graphics will be required whether or not you embed your figures in the text. See also the section on Electronic artwork. To avoid unnecessary errors you are strongly advised to use the 'spell-check' and 'grammar-check' functions of your word processor.

Manuscripts should have **numbered lines**, with wide margins and **double spacing** throughout, i.e. also for abstracts, footnotes and references. **Every page of the manuscript, including the title page, references, tables, etc., should be numbered.** However, in the text no reference should be made to page numbers; if necessary one may refer to sections. Avoid excessive usage of italics to emphasize part of the text.

Article structure

Subdivision - unnumbered sections

Divide your article into clearly defined sections. Each subsection is given a brief heading. Each heading should appear on its own separate line. Subsections should be used as much as possible when cross-referencing text: refer to the subsection by heading as opposed to simply 'the text'.

Introduction

State the objectives of the work and provide an adequate background, avoiding a detailed literature survey or a summary of the results.

Material and methods

Provide sufficient details to allow the work to be reproduced by an independent researcher. Methods that are already published should be summarized, and indicated by a reference. If quoting directly from a previously published method, use quotation marks and also cite the source. Any modifications to existing methods should also be described.

Results

Results should be clear and concise.

Discussion

This should explore the significance of the results of the work, not repeat them. A combined Results and Discussion section is often appropriate. Avoid extensive citations and discussion of published literature.

Conclusions

The main conclusions of the study may be presented in a short Conclusions section, which may stand alone or form a subsection of a Discussion or Results and Discussion section.

Essential title page information

- ***Title.*** Concise and informative. Titles are often used in information-retrieval systems. Avoid abbreviations and formulae where possible.
- ***Author names and affiliations.*** Please clearly indicate the given name(s) and family name(s) of each author and check that all names are accurately spelled. You can add your name between parentheses in your own script behind the English transliteration. Present the authors' affiliation addresses (where the actual work was done) below the names. Indicate all affiliations with a lower-case superscript letter immediately after the author's name and in front of the appropriate address. Provide the full postal address of each affiliation, including the country name and, if available, the e-mail address of each author.
- ***Corresponding author.*** Clearly indicate who will handle correspondence at all stages of refereeing and publication, also post-publication. This responsibility includes answering any future queries about Methodology and Materials. **Ensure that the e-mail address is given and that contact details are kept up to date by the corresponding author.**
- ***Present/permanent address.*** If an author has moved since the work described in the article was done, or was visiting at the time, a 'Present address' (or 'Permanent address') may be indicated as a footnote to that author's name. The address at which the author actually did the work must be retained as the main, affiliation address. Superscript Arabic numerals are used for such footnotes.

Highlights

Highlights are optional yet highly encouraged for this journal, as they increase the discoverability of your article via search engines. They consist of a short collection of bullet points that capture the novel results of your research as well as new methods that were used during the study (if any). Please have a look at the examples here: [example Highlights](#).

Highlights should be submitted in a separate editable file in the online submission system. Please use 'Highlights' in the file name and include 3 to 5 bullet points (maximum 85 characters, including spaces, per bullet point).

Abstract

A concise and factual abstract is required. The abstract should state briefly the purpose of the research, the principal results and major conclusions. An abstract is often presented separately from the article, so it must be able to stand alone. For this reason, References should be avoided, but if essential, then cite the author(s) and year(s). Also, non-standard or uncommon abbreviations should be avoided, but if essential they must be defined at their first mention in the abstract itself.

Your abstract should not be longer than 400 words.

Keywords

Immediately after the abstract, provide a maximum of 6 keywords, using British spelling and avoiding general and plural terms and multiple concepts (avoid, for example, 'and', 'of'). Be sparing with abbreviations: only abbreviations firmly established in the field may be eligible. These keywords will be used for indexing purposes.

Abbreviations

Define abbreviations that are not standard in this field in a footnote to be placed on the first page of the article. Such abbreviations that are unavoidable in the abstract must be defined at their first mention there, as well as in the footnote. Ensure consistency of abbreviations throughout the article.

Acknowledgements

Collate acknowledgements in a separate section at the end of the article before the references and do not, therefore, include them on the title page, as a footnote to the title or otherwise. List here those individuals who provided help during the research (e.g., providing language help, writing assistance or proof reading the article, etc.).

Formatting of funding sources

List funding sources in this standard way to facilitate compliance to funder's requirements:

Funding: This work was supported by the National Institutes of Health [grant numbers xxxx, yyyy]; the Bill & Melinda Gates Foundation, Seattle, WA [grant number zzzz]; and the United States Institutes of Peace [grant number aaaa].

It is not necessary to include detailed descriptions on the program or type of grants and awards. When funding is from a block grant or other resources available to a university, college, or other research institution, submit the name of the institute or organization that provided the funding.

If no funding has been provided for the research, please include the following sentence:

This research did not receive any specific grant from funding agencies in the public, commercial, or not-for-profit sectors.

Units

Follow internationally accepted rules and conventions: use the international system of units (SI). If other units are mentioned, please give their equivalent in SI.

Nomenclature

1. Authors and editors are, by general agreement, obliged to accept the rules governing biological nomenclature, as laid down in the International Code of Botanical Nomenclature, the International Code of Nomenclature of Bacteria, and the International Code of Zoological Nomenclature.
2. All biotica (crops, plants, insects, birds, mammals, etc.) should be identified by their scientific names when the English term is first used, with the exception of common domestic animals.
3. All biocides and other organic compounds must be identified by their Geneva names when first used in the text. Active ingredients of all formulations should be likewise identified.
4. For chemical nomenclature, the conventions of the International Union of Pure and Applied Chemistry and the official recommendations of the IUPAC–IUB Combined Commission on Biochemical Nomenclature should be followed.

Formulae

1. Give the meaning of all symbols immediately after the equation in which they are first used.
2. For simple fractions use the solidus (/) instead of a horizontal line.
3. Equations should be numbered serially at the right-hand side in parentheses. In general only equations explicitly referred to in the text need be numbered.
4. The use of fractional powers instead of root signs is recommended. Powers of e are often more conveniently denoted by exp.
5. In chemical formulae, valence of ions should be given as, e.g. Ca²⁺, not as Ca⁺⁺.
6. Isotope numbers should precede the symbols, e.g. ¹⁸O.
7. The repeated writing of chemical formulae in the text is to be avoided where reasonably possible; instead, the name of the compound should be given in full. Exceptions may be made in the case of a very long name occurring very frequently or in the case of a compound being described as the end product of a gravimetric determination (e.g. phosphate as P₂O₅).

Footnotes

Footnotes should be used sparingly. Number them consecutively throughout the article. Many word processors can build footnotes into the text, and this feature may be used. Otherwise, please indicate the position of footnotes in the text and list the footnotes themselves separately at the end of the article. Do not include footnotes in the Reference list.

Artwork

Electronic artwork

General points

- Make sure you use uniform lettering and sizing of your original artwork.
- Embed the used fonts if the application provides that option.
- Aim to use the following fonts in your illustrations: Arial, Courier, Times New Roman, Symbol, or use fonts that look similar.
- Number the illustrations according to their sequence in the text.
- Use a logical naming convention for your artwork files.
- Provide captions to illustrations separately.
- Size the illustrations close to the desired dimensions of the published version.
- Submit each illustration as a separate file.
- Ensure that color images are accessible to all, including those with impaired color vision.

A detailed [guide on electronic artwork](#) is available.

You are urged to visit this site; some excerpts from the detailed information are given here.

Formats

If your electronic artwork is created in a Microsoft Office application (Word, PowerPoint, Excel) then please supply 'as is' in the native document format.

Regardless of the application used other than Microsoft Office, when your electronic artwork is finalized, please 'Save as' or convert the images to one of the following formats (note the resolution requirements for line drawings, halftones, and line/halftone combinations given below):

EPS (or PDF): Vector drawings, embed all used fonts.

TIFF (or JPEG): Color or grayscale photographs (halftones), keep to a minimum of 300 dpi.

TIFF (or JPEG): Bitmapped (pure black & white pixels) line drawings, keep to a minimum of 1000 dpi.

TIFF (or JPEG): Combinations bitmapped line/half-tone (color or grayscale), keep to a minimum of 500 dpi.

Please do not:

- Supply files that are optimized for screen use (e.g., GIF, BMP, PICT, WPG); these typically have a low number of pixels and limited set of colors;
- Supply files that are too low in resolution;
- Submit graphics that are disproportionately large for the content.

Color artwork

Please make sure that artwork files are in an acceptable format (TIFF (or JPEG), EPS (or PDF), or MS Office files) and with the correct resolution. If, together with your accepted article, you submit usable color figures then Elsevier will ensure, at no additional charge, that these figures will appear in color online (e.g., ScienceDirect and other sites) regardless of whether or not these illustrations are reproduced in color in the printed version. **For color reproduction in print, you will receive information regarding the costs from Elsevier after receipt of your accepted article.** Please indicate your preference for color: in print or online only. [Further information on the preparation of electronic artwork.](#)

Illustration services

[Elsevier's Author Services](#) offers Illustration Services to authors preparing to submit a manuscript but concerned about the quality of the images accompanying their article. Elsevier's expert illustrators can produce scientific, technical and medical-style images, as well as a full range of charts, tables and graphs. Image 'polishing' is also available, where our illustrators take your image(s) and improve them to a professional standard. Please visit the website to find out more.

Figure captions

Ensure that each illustration has a caption. Supply captions separately, not attached to the figure. A caption should comprise a brief title (**not** on the figure itself) and a description of the illustration. Keep text in the illustrations themselves to a minimum but explain all symbols and abbreviations used.

Tables

Please submit tables as editable text and not as images. Tables can be placed either next to the relevant text in the article, or on separate page(s) at the end. Number tables consecutively in

accordance with their appearance in the text and place any table notes below the table body. Be sparing in the use of tables and ensure that the data presented in them do not duplicate results described elsewhere in the article. Please avoid using vertical rules and shading in table cells.

References

Citation in text

Please ensure that every reference cited in the text is also present in the reference list (and vice versa). Any references cited in the abstract must be given in full. Unpublished results and personal communications are not recommended in the reference list, but may be mentioned in the text. If these references are included in the reference list they should follow the standard reference style of the journal and should include a substitution of the publication date with either 'Unpublished results' or 'Personal communication'. Citation of a reference as 'in press' implies that the item has been accepted for publication.

In the text refer to the author's name (without initial) and year of publication, followed – if necessary – by a short reference to appropriate pages. Examples: "Since Peterson (1988) has shown that..." "This is in agreement with results obtained later (Kramer, 1989, pp.12–16)". If reference is made in the text to a publication written by more than two authors the name of the first author should be used followed by "et al.". This indication, however, should never be used in the list of references. In this list names of first author and co-authors should be mentioned.

References cited together in the text should be arranged chronologically. The list of references should be arranged alphabetically on authors' names, and chronologically per author. If an author's name in the list is also mentioned with co-authors the following order should be used: publications of the single author, arranged according publication dates – publications of the same author with one co-author – publications of the author with more than one co-author. Publications by the same author(s) in the same year should be listed as 1974a, 1974b, etc.

Reference links

Increased discoverability of research and high quality peer review are ensured by online links to the sources cited. In order to allow us to create links to abstracting and indexing services, such as Scopus, CrossRef and PubMed, please ensure that data provided in the references are correct. Please note that incorrect surnames, journal/book titles, publication year and pagination may prevent link creation. When copying references, please be careful as they may already contain errors. Use of the DOI is highly encouraged.

A DOI is guaranteed never to change, so you can use it as a permanent link to any electronic article. An example of a citation using DOI for an article not yet in an issue is: VanDecar J.C., Russo R.M., James D.E., Ambeh W.B., Franke M. (2003). Aseismic continuation of the Lesser Antilles slab beneath northeastern Venezuela. *Journal of Geophysical Research*, <https://doi.org/10.1029/2001JB000884>. Please note the format of such citations should be in the same style as all other references in the paper.

Web references

As a minimum, the full URL should be given and the date when the reference was last accessed. Any further information, if known (DOI, author names, dates, reference to a source publication, etc.), should also be given. Web references can be listed separately (e.g., after the reference list) under a different heading if desired, or can be included in the reference list.

Data references

This journal encourages you to cite underlying or relevant datasets in your manuscript by citing them in your text and including a data reference in your Reference List. Data references should include the following elements: author name(s), dataset title, data repository, version (where available), year, and global persistent identifier. Add [dataset] immediately before the reference so we can properly identify it as a data reference. The [dataset] identifier will not appear in your published article.

References in a special issue

Please ensure that the words 'this issue' are added to any references in the list (and any citations in the text) to other articles in the same Special Issue.

Reference management software

Most Elsevier journals have their reference template available in many of the most popular reference management software products. These include all products that support [Citation Style Language styles](#), such as [Mendeley](#). Using citation plug-ins from these products, authors only need to select the appropriate journal template when preparing their article, after which citations and bibliographies will be automatically formatted in the journal's style. If no template is yet available for this journal, please follow the format of the sample references and citations as shown in this Guide. If you use reference management software, please ensure that you remove all field codes before submitting the electronic manuscript. [More information on how to remove field codes from different reference management software](#).

Users of Mendeley Desktop can easily install the reference style for this journal by clicking the following link:

<http://open.mendeley.com/use-citation-style/preventive-veterinary-medicine>

When preparing your manuscript, you will then be able to select this style using the Mendeley plug-ins for Microsoft Word or LibreOffice.

Reference style

Text: All citations in the text should refer to:

1. *Single author:* the author's name (without initials, unless there is ambiguity) and the year of publication;
2. *Two authors:* both authors' names and the year of publication;
3. *Three or more authors:* first author's name followed by 'et al.' and the year of publication. Citations may be made directly (or parenthetically). Groups of references can be listed either first alphabetically, then chronologically, or vice versa.

Examples: 'as demonstrated (Allan, 2000a, 2000b, 1999; Allan and Jones, 1999)... Or, as demonstrated (Jones, 1999; Allan, 2000)... Kramer et al. (2010) have recently shown ...'

List: References should be arranged first alphabetically and then further sorted chronologically if necessary. More than one reference from the same author(s) in the same year must be identified by the letters 'a', 'b', 'c', etc., placed after the year of publication.

Examples:

Reference to a journal publication:

Van der Geer, J., Hanraads, J.A.J., Lupton, R.A., 2010. The art of writing a scientific article. *J. Sci. Commun.* 163, 51–59. <https://doi.org/10.1016/j.Sc.2010.00372>.

Reference to a journal publication with an article number:

Van der Geer, J., Hanraads, J.A.J., Lupton, R.A., 2018. The art of writing a scientific article. *Heliyon.* 19, e00205. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2018.e00205>.

Reference to a book:

Strunk Jr., W., White, E.B., 2000. *The Elements of Style*, fourth ed. Longman, New York.
Reference to a chapter in an edited book:

Mettam, G.R., Adams, L.B., 2009. How to prepare an electronic version of your article, in: Jones, B.S., Smith, R.Z. (Eds.), *Introduction to the Electronic Age*. E-Publishing Inc., New York, pp. 281–304.

Reference to a website:

Cancer Research UK, 1975. *Cancer statistics reports for the UK*.

<http://www.cancerresearchuk.org/aboutcancer/statistics/cancerstatsreport/> (accessed 13 March 2003).

Reference to a dataset:

[dataset] Oguro, M., Imahiro, S., Saito, S., Nakashizuka, T., 2015. Mortality data for Japanese oak wilt disease and surrounding forest compositions. *Mendeley Data*, v1.

<https://doi.org/10.17632/xwj98nb39r.1>.

Journal abbreviations source

Journal names should be abbreviated according to the List of Title Word

Abbreviations: <http://www.issn.org/services/online-services/access-to-the-ltwa/>. The correct abbreviation for this journal is: *Prev. Vet. Med.*

Data visualization

Include interactive data visualizations in your publication and let your readers interact and engage more closely with your research. Follow the instructions [here](#) to find out about available data visualization options and how to include them with your article.

Supplementary material

Supplementary material such as applications, images and sound clips, can be published with your article to enhance it. Submitted supplementary items are published exactly as they are received (Excel or PowerPoint files will appear as such online). Please submit your material together with the article and supply a concise, descriptive caption for each supplementary file. If you wish to make changes to supplementary material during any stage of the process, please make sure to provide an updated file. Do not annotate any corrections on a previous version. Please switch off the 'Track Changes' option in Microsoft Office files as these will appear in the published version.

Research data

This journal encourages and enables you to share data that supports your research publication where appropriate, and enables you to interlink the data with your published articles. Research data refers to the results of observations or experimentation that validate research findings. To facilitate reproducibility and data reuse, this journal also encourages you to share your software, code, models, algorithms, protocols, methods and other useful materials related to the project.

Below are a number of ways in which you can associate data with your article or make a statement about the availability of your data when submitting your manuscript. If you are sharing data in one of these ways, you are encouraged to cite the data in your manuscript and reference list. Please refer to the "References" section for more information about data

citation. For more information on depositing, sharing and using research data and other relevant research materials, visit the [research data](#) page.

Data linking

If you have made your research data available in a data repository, you can link your article directly to the dataset. Elsevier collaborates with a number of repositories to link articles on ScienceDirect with relevant repositories, giving readers access to underlying data that gives them a better understanding of the research described.

There are different ways to link your datasets to your article. When available, you can directly link your dataset to your article by providing the relevant information in the submission system. For more information, visit the [database linking page](#).

For [supported data repositories](#) a repository banner will automatically appear next to your published article on ScienceDirect.

In addition, you can link to relevant data or entities through identifiers within the text of your manuscript, using the following format: Database: xxxx (e.g., TAIR: AT1G01020; CCDC: 734053; PDB: 1XFN).

Mendeley Data

This journal supports Mendeley Data, enabling you to deposit any research data (including raw and processed data, video, code, software, algorithms, protocols, and methods) associated with your manuscript in a free-to-use, open access repository. During the submission process, after uploading your manuscript, you will have the opportunity to upload your relevant datasets directly to *Mendeley Data*. The datasets will be listed and directly accessible to readers next to your published article online.

For more information, visit the [Mendeley Data for journals page](#).

Data statement

To foster transparency, we encourage you to state the availability of your data in your submission. This may be a requirement of your funding body or institution. If your data is unavailable to access or unsuitable to post, you will have the opportunity to indicate why during the submission process, for example by stating that the research data is confidential. The statement will appear with your published article on ScienceDirect. For more information, visit the [Data Statement page](#).

Submission checklist

The following list will be useful during the final checking of an article prior to sending it to the journal for review. Please consult this Guide for Authors for further details of any item.

Ensure that the following items are present:

One author has been designated as the corresponding author with contact details:

- E-mail address
- Full postal address
- Phone numbers

All necessary contents of the manuscript text have been uploaded, and contain:

- Keywords
- All figure captions

- All tables (including title, description, footnotes)

Further considerations

- Manuscript has been 'spell-checked' and 'grammar-checked'
- References are in the correct format for this journal
- All references mentioned in the Reference list are cited in the text, and vice versa
- Permission has been obtained for use of copyrighted material from other sources (including the Web)
- Color figures are clearly marked as being intended for color reproduction on the Web (free of charge) and in print, or to be reproduced in color on the Web (free of charge) and in black-and-white in print
- If only color on the Web is required, black-and-white versions of the figures are also supplied for printing purposes

For any further information please visit our customer support site

at <https://service.elsevier.com>.

Appendix

Authors: These minimum items of information are needed by our referees and Editors to evaluate your manuscript. Additional information may be appropriate, depending on your study design and objectives.

Excellent guidelines for standardizing and strengthening the reporting of biomedical research are available from the CONSORT, MOOSE, PRISMA, REFLECT, STARD, and STROBE-VET statements. We strongly urge you to consult these guidelines before submitting papers to **Preventive Veterinary Medicine**. The guidelines are freely available (with considerable elaborations and explanations) at the following websites:

<http://www.consort-statement.org> (for clinical trials; there are elaborations for abstracts, cluster designs, reporting of harms, herbal interventions, non-inferiority and equivalence studies, trials of non-pharmacologic interventions, and pragmatic trials)

<http://jama.ama-assn.org/cgi/reprint/283/15/2008> (for MOOSE: Meta-analysis of Observational Studies in Epidemiology: A Proposal for Reporting, Donna F. Stroup et al.; published in J Am Med Assoc 2000; 283:2008-2012)

<http://prisma-statement.org> (for meta-analyses and systematic reviews)

<http://reflect-statement.org> (for clinical trials in livestock)

<http://www.stard-statement.org> (for evaluations of diagnostic tests)

<https://strobevet-statement.org/> (for observational studies; there is an elaboration for studies of genetic associations)

1. For **ALL** descriptive and comparative studies:

- a. **Source** of subjects
- b. **Eligibility** criteria
- c. **Sample-size justification** appropriate for the study design and primary hypothesis. This should include details of adjustment for clustering (including the levels of **clustering**, the

assumed cluster size, and either the **design effect** or the **intracluster correlation**) if clustering was present.

d. Methods by which the data were acquired

e. Diagnostic **sensitivity and specificity** of any tests used. (Analytic sensitivity and reproducibility might be appropriate alternatives for some studies.) Correction to the **true prevalence** is expected for e.g., seroprevalence studies.

f. Descriptions of the observed data (including measures of subject-level variation), stratified on the outcome implied by the primary hypothesis. These descriptions should include time, place, "demographics," and relevant management and health information.

g. Declaration of the **experimental unit**

h. Descriptions of the **formal random mechanism** (e.g., lottery or table of random numbers) and the list frame (enumerating every eligible subject and/or cluster) used at any step claimed to be "random"

i. Descriptions of the **pilot, repeatability, and validation testing of any questionnaire** used to acquire data for the study. Also needed are: the language of the survey instrument, the time it took to complete, how it was administered, the types of questions (e.g., closed, semi-closed, open), and the training of any persons administering the survey. Making a copy available to the review process is desirable (in English as well as the language of administration).

2. For **comparative studies** (including **both observational and intervention** studies):

a. Numerical descriptions of **all tested risk factors** or pre-intervention characteristics of the subjects, **stratified** on the primary hypothesis/outcome of the study

b. Descriptions of how **blindness** was accomplished for all subjective evaluations

3. For **randomized controlled trials and other intervention studies**:

a. **Approval** by your institution's **animal-welfare committee** and description of measures taken for rescue analgesia or rescue euthanasia.

b. Methods by which the owners of the animals gave **informed consent** for their animals to be in the trial

c. Methods used for **allocation concealment** after the animals were determined to be eligible for random assignment to the various experimental or control groups

d. **Description and justification of the "control" group's "treatment"** (e.g., standard therapy, placebo to mimic the delivery system in the absence of a standard therapy, or "do nothing" to mimic both the treatment and its delivery)

e. Methods used for **active monitoring for adverse effects** ("harms")

4. For **simulation studies and risk assessments**:

a. Distinction between deterministic and stochastic processes

b. Descriptions of (and justifications for) all choices of **distributions and their parameter Values**

c. Description of numbers, training, experience, and representativeness of any **"experts"** used to provide opinions

d. Declaration of the **stakeholders** for any risk assessment

e. Distinction between assumptions, input data, calculations from intermediate steps in the modeling process, and model predictions

f. Descriptions of the assumed chance variation and assumed knowledge uncertainty in the inputs, and methods used to deal with those sources of total uncertainty

- g. **Sensitivity analyses** of key assumptions and of the input variables that had the greatest uncertainty
- h. Descriptions of the **variability in the "outputs"** from stochastic models

5. For **statistical-hypothesis tests**:

- a. Declarations of the unit of statistical analysis and of the dependent ("outcome") variable
- b. **Alpha** and **tails**, and any methods used to adjust for multiple comparisons (to protect experiment-wise alpha from the problem of **multiplicity**)
- c. **Methods used to adjust for clustering within the data**
- d. Methods used to determine that the **statistical assumptions were met** (e.g., that the data were Gaussian or that the odds ratio or hazards ratio was constant across the observed range of the risk factor)
- e. Methods used to look for **collinearities** or other interrelationships among the risk factors being tested
- f. Methods used to select or to retain risk factors within multivariable models (including the **test criterion**)
- g. Clear declaration of any variables "forced into" the model (not allowed to drop out; this implies a need to account for that factor) or offered to the model on a priori grounds despite any screening results (this implies that the factor was part of a major hypothesis)
- h. Description of the **goodness-of-fit** of any models
- i. How **missing data** were handled



After Acceptance

Online proof correction

To ensure a fast publication process of the article, we kindly ask authors to provide us with their proof corrections within two days. Corresponding authors will receive an e-mail with a link to our online proofing system, allowing annotation and correction of proofs online. The environment is similar to MS Word: in addition to editing text, you can also comment on figures/tables and answer questions from the Copy Editor. Web-based proofing provides a faster and less error-prone process by allowing you to directly type your corrections, eliminating the potential introduction of errors.

If preferred, you can still choose to annotate and upload your edits on the PDF version. All instructions for proofing will be given in the e-mail we send to authors, including alternative methods to the online version and PDF.

We will do everything possible to get your article published quickly and accurately. Please use this proof only for checking the typesetting, editing, completeness and correctness of the text, tables and figures. Significant changes to the article as accepted for publication will only be considered at this stage with permission from the Editor. It is important to ensure that all corrections are sent back to us in one communication. Please check carefully before replying, as inclusion of any subsequent corrections cannot be guaranteed. Proofreading is solely your responsibility.

Offprints

The corresponding author will, at no cost, receive a customized [Share Link](#) providing 50 days free access to the final published version of the article on [ScienceDirect](#). The Share Link can

be used for sharing the article via any communication channel, including email and social media. For an extra charge, paper offprints can be ordered via the offprint order form which is sent once the article is accepted for publication. Both corresponding and co-authors may order offprints at any time via Elsevier's [Author Services](#). Corresponding authors who have published their article gold open access do not receive a Share Link as their final published version of the article is available open access on ScienceDirect and can be shared through the article DOI link.



Author Inquiries

Visit the [Elsevier Support Center](#) to find the answers you need. Here you will find everything from Frequently Asked Questions to ways to get in touch.

You can also [check the status of your submitted article](#) or find out [when your accepted article will be published](#).

- Solutions
 - [Scopus](#)
 - [ScienceDirect](#)
 - [Mendeley](#)
 - [Evolve](#)
 - [Knovel](#)
 - [Reaxys](#)
 - [ClinicalKey](#)
- Researchers
 - [Submit your paper](#)
 - [Find books & journals](#)
 - [Visit Author Hub](#)
 - [Visit Editor Hub](#)
 - [Visit Librarian Hub](#)
 - [Visit Reviewer Hub](#)
- About Elsevier
 - [About](#)
 - [Careers](#)
 - [Newsroom](#)
 - [Events](#)
 - [Publisher relations](#)
 - [Advertising, reprints and supplements](#)
- How can we help?
 - [Support and Contact](#)

Follow Elsevier

Select location/language [Global - English](#)

Copyright © 2020 Elsevier, except certain content provided by third parties

Cookies are used by this site. To decline or learn more, visit our [Cookies](#) page.

[Terms and Conditions](#) [Privacy Policy](#) [Sitemap](#)

NORMAS DO CAPÍTULO II



ISSN 1678-4162 versão
online

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- [Política Editorial](#)
- [Reprodução de artigos publicados](#)
- [Orientações Gerais](#)
- [Comitê de Ética](#)
- [Tipos de artigos aceitos para publicação](#)
- [Preparação dos textos para publicação](#)
- [Formatação do texto](#)
- [Seções de um artigo](#)
- [Taxas de submissão e de publicação](#)
- [Recursos e diligências](#)

Política Editorial

O periódico **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia** (Brazilian Journal of Veterinary and Animal Science), ISSN 0102-0935 (impresso) e 1678-4162 (on-line), é editado pela FEPE Editora, CNPJ: 16.629.388/0001-24, e destina-se à publicação de artigos científicos sobre temas de medicina veterinária, zootecnia, tecnologia e inspeção de produtos de origem animal, aquacultura e áreas afins.

Os artigos encaminhados para publicação são submetidos à aprovação do Corpo Editorial, com assessoria de especialistas da área (relatores). Os artigos cujos textos necessitarem de revisões ou correções serão devolvidos aos autores. Os aceitos para publicação tornam-se propriedade do **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia (ABMVZ)** citado como **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.** Os autores são responsáveis pelos conceitos e informações neles contidos. São imprescindíveis originalidade, ineditismo e destinação exclusiva ao **ABMVZ**.

Reprodução de artigos publicados

A reprodução de qualquer artigo publicado é permitida desde que seja corretamente referenciado. Não é permitido o uso comercial dos resultados.

A submissão e tramitação dos artigos é feita exclusivamente on-line, no endereço eletrônico
<<http://mc04.manuscriptcentral.com/abmvz-scielo>>.

Não serão fornecidas separatas. Os artigos encontram-se disponíveis no endereço www.scielo.br/abmvz.

Orientações Gerais

- O ABMVZ recebe submissões de artigos, somente em Inglês.
- Toda a tramitação dos artigos é feita exclusivamente pelo Sistema de publicação online do Scielo – ScholarOne, no endereço <http://mc04.manuscriptcentral.com/abmvz-scielo> sendo necessário o cadastramento no mesmo.
- Leia "[PASSO A PASSO – SISTEMA DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS POR INTERMÉDIO DO SCHOLARONE](#)"
- Toda a comunicação entre os diversos autores do processo de avaliação e de publicação (autores, revisores e editores) será feita apenas de forma eletrônica pelo Sistema, sendo que o autor responsável pelo artigo será informado automaticamente por e-mail sobre qualquer mudança de status do mesmo.
- Fotografias, desenhos e gravuras devem ser inseridos no texto e quando solicitados pela equipe de editoração também devem ser enviados, em separado, em arquivo com extensão JPG, em alta qualidade (mínimo 300dpi), zipado, inserido em "Figure or Image" (Step 2).
- É de exclusiva responsabilidade de quem submete o artigo certificar-se de que cada um dos autores tenha conhecimento e concorde com a inclusão de seu nome no texto submetido.
- O **ABMVZ** comunicará a cada um dos inscritos, por meio de correspondência eletrônica, a participação no artigo. Caso um dos produtores do texto não concorde em participar como autor, o artigo será considerado como desistência de um dos autores e sua tramitação encerrada.

Comitê de Ética

É indispensável anexar cópia, em arquivo PDF, do Certificado de Aprovação do Projeto da pesquisa que originou o artigo, expedido pelo CEUA (Comitê de Ética no Uso de Animais) de sua Instituição, em atendimento à Lei 11794/2008. O documento deve ser anexado em "Ethics Committee" (Step 2). Esclarecemos que o número do Certificado de Aprovação do Projeto deve ser mencionado na Seção Material e Métodos.

Tipos de artigos aceitos para publicação

Artigo científico

É o relato completo de um trabalho experimental. Baseia-se na premissa de que os resultados são posteriores ao planejamento da pesquisa. Seções do texto: Title (português e inglês), Authors and Affiliation (somente na "Title Page" - Step 2), Resumo, Abstract, Introduction, Material and Methods, Results, Discussion (ou Results and Discussion), Conclusions, Acknowledgements (quando houver) e References.

É recomendado que o número de páginas não deve exceder a 15, incluindo tabelas, figuras e Referências e que o número de Referências não exceda a 30.

Relato de caso

Contempla principalmente as áreas médicas em que o resultado é anterior ao interesse de sua divulgação ou a ocorrência dos resultados não é planejada. Seções do texto: Title (português e inglês), Authors and Affiliation (somente na "Title Page" - Step 2), Resumo, Abstract, Introduction, Casuistry, Discussion e Conclusions (quando pertinentes), Acknowledgements (quando houver) e References.

É recomendado que o número de páginas não deve exceder a dez, incluindo tabelas e figuras e que o número de Referências não exceda a 12.

Comunicação

É o relato sucinto de resultados parciais de um trabalho experimental digno de publicação, embora insuficiente ou inconsistente para constituir um artigo científico. Seções do texto: Title (português e inglês), Authors and Affiliation (somente na "Title Page" - Step 2). Resumo (em Português). Deve ser compacto, sem distinção das seções do texto especificadas para "Artigo científico", embora seguindo àquela ordem.

É recomendado que o número de páginas não deve exceder a oito, incluindo tabelas e figuras e que o número de Referências não exceda a 12.

Preparação dos textos para publicação

Os artigos devem ser redigidos em inglês, na forma impessoal.

Formatação do texto

- O texto **NÃO** deve conter subitens em nenhuma das seções do artigo, deve ser apresentado em arquivo Microsoft Word e anexado como "Main Document" (Step 2), no formato A4, com margem de 3cm (superior, inferior, direita e esquerda), na fonte Times New Roman, no tamanho 12 e no espaçamento de entrelinhas 1,5, em todas as páginas e seções do artigo (do título às referências), **com linhas numeradas**.
- Não usar rodapé. Referências a empresas e produtos, por exemplo, devem vir, obrigatoriamente, entre parêntesis no corpo do texto na seguinte ordem: nome do produto, substância, empresa e país.

Seções de um artigo

Title: Em português e em inglês. Deve contemplar a essência do artigo e não ultrapassar 50 palavras.

Authors and Affiliation: Os nomes dos autores são colocados abaixo do título, com o número do ORCID (de todos os autores) e com identificação da instituição a qual pertencem. O autor e o seu e-mail para correspondência devem ser indicados com asterisco somente no "Title Page" (Step 6), em arquivo Word.

Resumo e Abstract: Deve ser o mesmo apresentado no cadastro contendo até 200 palavras em um só parágrafo. Não repetir o título e não acrescentar revisão de literatura. Incluir os principais resultados numéricos, citando-os sem explicá-los, quando for o caso. Cada frase deve conter uma informação completa.

Palavras-chave e Keywords: No máximo cinco e no mínimo duas*.

* na submissão usar somente o Keyword (Step 3) e no corpo do artigo constar tanto keyword (inglês) quanto palavra-chave (português), independente do idioma em que o artigo for submetido.

Introduction: Explicação concisa na qual os problemas serão estabelecidos, bem como a pertinência, a relevância e os objetivos do trabalho. Deve conter poucas referências, o suficiente para balizá-la.

Material and Methods: Citar o desenho experimental, o material envolvido, a descrição dos métodos usados ou referenciar corretamente os métodos já publicados. Nos trabalhos que envolvam animais e/ou organismos geneticamente modificados **deverão constar obrigatoriamente o número do Certificado de Aprovação do CEUA**. (verificar o Item Comitê de Ética).

Results: Apresentar clara e objetivamente os resultados encontrados.

Tabela. Conjunto de dados alfanuméricos ordenados em linhas e colunas. Usar linhas horizontais na separação dos cabeçalhos e no final da tabela. O título da tabela recebe inicialmente a palavra Tabela, seguida pelo número de ordem em algarismo arábico e ponto (ex.: Tabela 1.). No texto, a tabela deve ser referida como Tab seguida de ponto e do número de ordem (ex.: Tab. 1), mesmo quando referir-se a várias tabelas (ex.: Tab. 1, 2 e 3). Pode ser apresentada em espaçamento simples e fonte de tamanho menor que 12 (o menor tamanho aceito é oito). A legenda de tabela deve conter apenas o indispensável para o seu entendimento, mas deve ser completa o suficiente para ser entendida independente do texto principal.. As tabelas devem ser obrigatoriamente inseridas no corpo do texto de preferência após a sua primeira citação.

Figura. Compreende qualquer ilustração que apresente linhas e pontos: desenho, fotografia, gráfico, fluxograma, esquema etc. A legenda recebe inicialmente a palavra Figura, seguida do número de ordem em algarismo arábico e ponto (ex.: Figura 1.) e é citada no texto como Fig seguida de ponto e do número de ordem (ex.: Fig.1), mesmo se citar mais de uma figura (ex.: Fig. 1, 2 e 3). Além de inseridas no corpo do texto, fotografias e desenhos devem também ser enviados no formato JPG com alta qualidade, em um arquivo zipado, anexado no campo próprio de submissão, na tela de registro do artigo. As figuras devem ser obrigatoriamente inseridas no corpo do texto de preferência após a sua primeira citação.

Nota: Toda tabela e/ou figura que já tenha sido publicada deve conter, abaixo da legenda, informação sobre a fonte (autor, autorização de uso, data) e a correspondente referência deve figurar nas Referências.

Discussion: Discutir somente os resultados obtidos no trabalho. (Obs.: As seções Resultados e Discussão poderão ser apresentadas em conjunto a juízo do autor, sem prejudicar qualquer uma das partes).

Conclusions: As conclusões devem apoiar-se nos resultados da pesquisa executada e serem apresentadas de forma objetiva, **SEM** revisão de literatura, discussão, repetição de resultados e especulações.

Acknowledgements: Não obrigatório. Devem ser concisamente expressados.

References: As referências devem ser relacionadas em ordem alfabética, dando-se preferência a artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, indexadas. Livros e teses devem ser referenciados o mínimo possível, portanto, somente quando indispensáveis. São adotadas as normas

gerais da ABNT, **adaptadas** para o ABMVZ, conforme exemplos:

Como referenciar:

1. Citações no texto

A indicação da fonte entre parênteses sucede à citação para evitar interrupção na sequência do texto, conforme exemplos:

- autoria única: (Silva, 1971) ou Silva (1971); (Anuário..., 1987/88) ou Anuário... (1987/88);
- dois autores: (Lopes e Moreno, 1974) ou Lopes e Moreno (1974);
- mais de dois autores: (Ferguson *et al.*, 1979) ou Ferguson *et al.* (1979);
- mais de um artigo citado: Dunne (1967); Silva (1971); Ferguson *et al.* (1979) ou (Dunne, 1967; Silva, 1971; Ferguson *et al.*, 1979), sempre em ordem cronológica ascendente e alfabética de autores para artigos do mesmo ano.

Citação de citação. Todo esforço deve ser empreendido para se consultar o documento original. Em situações excepcionais pode-se reproduzir a informação já citada por outros autores. No texto, citar o sobrenome do autor do documento não consultado com o ano de publicação, seguido da expressão **citado por** e o sobrenome do autor e ano do documento consultado. Nas Referências deve-se incluir apenas a fonte consultada.

Comunicação pessoal. Não faz parte das Referências. Na citação coloca-se o sobrenome do autor, a data da comunicação, nome da Instituição à qual o autor é vinculado.

2. Periódicos (até quatro autores citar todos. Acima de quatro autores citar três autores *et al.*):

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. v.48, p.351, 1987-88.

FERGUSON, J.A.; REEVES, W.C.; HARDY, J.L. Studies on immunity to alphaviruses in foals. *Am. J. Vet. Res.*, v.40, p.5-10, 1979.

HOLENWEGER, J.A.; TAGLE, R.; WASERMAN, A. et al. Anestesia general del canino. *Not. Med. Vet.*, n.1, p.13-20, 1984.

3. Publicação avulsa (até quatro autores citar todos. Acima de quatro autores citar três autores *et al.*):

DUNNE, H.W. (Ed). Enfermedades del cerdo. México: UTEHA, 1967. 981p.

LOPES, C.A.M.; MORENO, G. Aspectos bacteriológicos de ostras, mariscos e mexilhões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA, 14., 1974, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.] 1974. p.97. (Resumo).

MORRIL, C.C. Infecciones por clostridios. In: DUNNE, H.W. (Ed). *Enfermedades del cerdo*. México: UTEHA, 1967. p.400-415.

NUTRIENT requirements of swine. 6.ed. Washington: National Academy of Sciences, 1968. 69p.

SOUZA, C.F.A. *Produtividade, qualidade e rendimentos de carcaça e de carne em bovinos de corte*. 1999. 44f. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

4. Documentos eletrônicos (até quatro autores citar todos. Acima de quatro autores citar três autores *et al.*):

QUALITY food from animals for a global market. Washington: Association of American Veterinary Medical College, 1995. Disponível em: <<http://www.org/critca16.htm>>. Acessado em: 27 abr. 2000.

JONHNSON, T. Indigenous people are now more cambative, organized. Miami Herald, 1994. Disponível em: <<http://www.summit.fiu.edu/MiamiHerld-Summit-RelatedArticles/>>. Acessado em: 5 dez. 1994.

Taxas de submissão e de publicação

- **Taxa de submissão:** A taxa de submissão de R\$60,00 deverá ser paga por meio de boleto bancário emitido pelo sistema eletrônico do Conveniar <http://conveniar.fepmvz.com.br/eventos/#servicos> (necessário o preencher cadastro). Somente artigos com taxa paga de submissão serão avaliados. Caso a taxa não seja quitada em até 30 dias será considerado como desistência do autor.
- **Taxa de publicação:** A taxa de publicação de R\$150,00 por página, por ocasião da prova final do artigo. A taxa de publicação deverá ser paga por meio de boleto bancário, cujos dados serão fornecidos na aprovação do artigo. **OBS.: Quando os dados para a nota fiscal forem diferentes dos dados do autor de contato deve ser enviado um e-mail para abmvz.artigo@abmvz.org.br comunicando tal necessidade.**

SOMENTE PARA ARTIGOS INTERNACIONAIS

- **Submission and Publication fee.** The publication fee is of US\$ 50.00 (fifty dollars) per page, and US\$ 50,00 (fifty dollars) for manuscript submission and will be billed to the corresponding author at the final proof of the article. The

publication fee must be paid through a bank slip issued by the electronic article submission system. When requesting the bank slip the author will inform the data to be in the invoice issuance.

Recursos e diligências

- No caso de o autor encaminhar resposta às diligências solicitadas pelo ABMVZ ou documento de recurso o mesmo deverá ser anexado em arquivo Word, no item "Justification" (Step 2), e também enviado por e-mail, aos cuidados do Comitê Editorial, para abmvz.artigo@abmvz.org.br.
- No caso de artigo não aceito, se o autor julgar pertinente encaminhar recurso o mesmo deve ser feito pelo e-mail abmvz.artigo@abmvz.org.br.

**PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO DA UFCG**

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MAUS TRATOS EM CÃES E GATOS: ASPECTOS CLÍNICOS, EPIDEMIOLÓGICOS E LEGAIS

Pesquisador: Thiago da Silva Brandão

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14518919.6.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.464.377

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL

29/08/2019

Questionário sobre maus tratos aos animais.

Questionário sobre maus tratos aos animais.

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Saúde e Tecnologia Rural
Programa de Pós-Graduação em Ciência e Saúde Animal

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em concordância com a pesquisa

Prezado(a) Médico(a) Veterinário(a),

O senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: MAUS TRATOS EM CÃES E GATOS: ASPECTOS CLÍNICOS, EPIDEMIOLÓGICOS E LEGAIS, sob responsabilidade do mestrando Thiago da Silva Brandão, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Saúde Animal da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e dos professores: Dr. Almir Pereira de Souza e Dra. Sônia Correia Assis da Nóbrega, vinculados a UFCG.

A sua participação nesta pesquisa se deve ao fato de você ser Médico(a) Veterinário(a) e está regularmente inscrito(a) no respectivo conselho de classe, Conselho Regional de Medicina Veterinária da Paraíba (CRMV-PB). Sua participação na pesquisa é voluntária e consiste em apenas responder ao questionário eletrônico online.

O objetivo deste estudo é diagnosticar a ocorrência dos crimes de maus tratos que acometem cães e gatos e auferir o conhecimento dos Médicos Veterinários sobre a problemática envolvendo essa prática delituosa no estado da Paraíba.

Quanto aos possíveis riscos de sua participação na pesquisa, destacamos que estes são mínimos, e estão relacionados ao desconforto físico (cansaço) ao responder as questões ou mesmo se sentir constrangido pelo teor das perguntas. Ficando o participante à vontade para desistir a qualquer momento de responder a pesquisa, sem nenhum prejuízo ao mesmo, decorrente de sua desistência em responder o questionário.

Destacamos que as informações coletadas serão utilizadas com finalidade científica e que estão garantidos o absoluto sigilo e confidencialidade de sua identidade. Que junto ao e-mail enviado pelo CRMV-PB ao participante, este também irá receber em anexo, cópia do TCLE, em Formato de documento "PDF" para que seja acessado pelo participante sempre que achar necessário.

O estudo proposto terá como benefícios: a contribuição para preservação e garantia dos direitos dos animais.

A decisão em não participar da pesquisa não acarretará nenhum tipo de constrangimento. Além disso, o participante poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo ou danos em conformidade com a resolução 486/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

A qualquer momento, os participantes poderão realizar perguntas aos pesquisadores, caso achem necessário.

Você também terá o direito de manter contato com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490, Campina Grande-PB, Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

Termo de compromisso dos pesquisadores

Garantimos que este Termo de Consentimento será seguido e que responderemos a quaisquer questões colocadas pelo participante.

Thiago da Silva Brandão
Mestrando - PPGCSA - UFCG
thiaqos_brandao@hotmail.com

Prof. Dr. Almir Pereira de Souza
Orientador-PPGCSA-UFCG
almir@cstr.ufcg.edu.br

29/08/2019

Questionário sobre maus tratos aos animais.

Profa. Sônia Correia Assis da Nóbrega
Coorientadora-UAMV-UFCC
soniacorreianobrega@bol.com.br

Av. Universitária, S/N. Hospital Veterinário Bairro: Santa Cecília, Cidade: Patos – PB

*Obrigatório

Assim : Declaro que li os detalhes descritos neste documento. Entendo que sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper minha participação a qualquer momento. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para os propósitos acima descritos. Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você concorda em participar desta pesquisa? *

Apenas poderá Participar da Pesquisa aqueles que marcarem a opção
SIM Marcar apenas uma oval.

- Não .
 Sim .

Questionário

1 Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

2 Setor em que exerce a profissão de Médico

Veterinário.* Permitido assinalar mais de uma opção

Marcar tudo o que for aplicável.

- Setor Público
 Setor Privado
 Profissional Liberal

3 Há quantos anos exerce a profissão de Médico (a) Veterinário

(a)? * Marcar apenas uma oval.

- Menos de 01 ano
 Mais de 01 e menos que 05 anos
 Mais de 05 e menos que 10 anos
 Mais de 10 anos

29/08/2019

Questionário sobre maus tratos aos animais.

4 Formação acadêmica complementar:**Marcar apenas uma oval.*

- Graduação
 Especialização
 Residência
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-doutorado
 Outra: _____

5 Costuma acompanhar as modificações nas legislações referentes à sua profissão de Médico Veterinário? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

6 Você já atendeu animais em situação de maus**tratos?*** *Marcar apenas uma oval.*

- Sim
 Não

7 Aproximadamente quantos animais vítimas de maus tratos você já atendeu no exercício de sua profissão? **Marcar apenas uma oval.*

- 01 a 05
 06 a 10
 11 a 20
 Acima de 20
 Não sabe informar

8 Quanto a sua origem, esses animais eram em sua maioria:**Marcar apenas uma oval.*

- Errantes
 Domiciliados
 Comunitários
 Não sabe informar

29/08/2019

Questionário sobre maus tratos aos animais.

9 A maioria dos animais atendidos eram: *

Permitido assinalar mais de uma opção

Marcar tudo o que for aplicável.

- Pequenos Animais
- Animais Silvestres
- Animais Exóticos
- Animais de Produção

10 Assinale abaixo as modalidades de maus tratos mais predominantemente observadas em seus atendimentos: *Permitido assinalar mais de uma opção. *Marcar tudo o que for aplicável.*

- Espancamento
- Queimaduras
- Ferimento por arma de fogo
- Ferimento por arma branca
- Zoofilia
- Privação de água e/ou comida
- Ausência de atendimento Médico
- Negligência
- Envenenamento
- Excesso de carga e/ou trabalho forçado
- Abandono
- Outra:

11 Em relação aos autores dos crimes de maus tratos, Eles pertenciam em sua maioria a que tipo de sexo? **Marcar apenas uma oval.*

- Feminino
- Masculino
- Não sabe informar/Não lembra

12 Em relação aos autores dos crimes de maus tratos, Qual era aproximadamente a faixa de idade destes? **Marcar apenas uma oval.*

- Até 21 anos (jovens)
- De 21 anos a 60 anos (adultos)
- Mais de 60 anos (idosos)
- Não sabe informar/Não lembra

13 Em seus atendimentos a animais vítimas de maus tratos, alguma vez o tutor declarou também ser vítima de violência por parte do agressor do animal? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

29/08/2019

Questionário sobre maus tratos aos animais.

14 Você acredita que existe alguma relação entre os maus tratos aos animais e a violência contra pessoas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei informar

15 Você sabe como denunciar os crimes de maus tratos aos animais? * Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

16 Você já denunciou alguém por crime de maus tratos aos animais? * Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

17 Você conhece a legislação que trata acerca dos crimes de maus tratos aos animais? * Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

18 Em sua opinião qual a maior dificuldade ao denunciar os crimes de maus tratos aos animais? *

Permitido assinalar mais de uma opção Marcar tudo o que for aplicável.

- Falta de conhecimento acerca de como denunciar
 Falta de conhecimento técnico para identificar os maus tratos
 Ausência de locais específicos para denúncia
 Temor de represália por parte do agressor
 Ausência de providências por parte dos órgãos públicos competentes
 Devido a sensação de Impunidade
 Leis pouco punitivas, brandas demais
 Outra:

19 Alguma vez, você já foi acionado por algum órgão judicial ou policial para auxiliar em investigação de crimes de maus tratos aos animais? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

29/08/2019

Questionário sobre maus tratos aos animais.

20 Alguma vez, você já precisou elaborar algum laudo ou relatório atestando o crime de maus tratos aos animais? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21 Em suas consultas, você costuma orientar os tutores de animais sobre a temática de bem-estar animal e de maus tratos aos animais? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Com tecnologia

 Google Forms